Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Ata da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho interdisciplinar no âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 742

Local: Virtual, Plataforma do Zoom
Data: 10/03/2021

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um realizou-se a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho interdisciplinar no âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 742 sob a Coordenação da Sra. Viviane Petinelli (Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos). Estiveram presentes na reunião: Sra. Viviane Petinelli (Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos); Sr. Esequiel Roque (Secretário Nacional Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/MMFDH); Sr. Rodrigo Farias (Diretor do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais); Sr. Omar Inês Sobrinho (Diretor do Departamento de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria Nacional da Promoção da Igualdade Racial); Sr. Marcos Peixinho (Ministério da Saúde - Coordenação de Garantia da Equidade/COGE); Sra. Adriana Lucena (Ministério da Saúde - Coordenadora Substituta do Programa Nacional de Imunizações/SVS); Sra. Daniele Cruz (Ministério da Saúde - Assessora do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis/SVS); Sra. Renata (Ministério da Saúde/Departamento de Saúde da Família da Secretaria de Atenção Primeira à Saúde); Sr. Coronel Aviador Claudio Wilson Saturnino Alves (GSI - Diretor de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional); Sr. Tenente-Coronel Peixoto (GSI); Sra. Luz Marilda Maciel (SEGOV - Coordenadora de Interlocução Social/Secretaria de Governo); Sr. Luciano Gonçalves (SEGOV - Departamento de Relações de Políticas Sociais); Sr. Victor Hugo Barboza (Coordenador de Apoio e Articulação às Comunidades Remanescentes de Quilombos/Fundação Cultural Palmares); Sr. Érico Melo Goulart (Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas/ INCRA); Sr. Sidnei (CGU - Diretor Substituto da Diretoria de Políticas Sociais, Segurança Pública e Direitos Humanos); Sr. Marcelo Carvalho dos Santos (AGU); Dra. Ana Borges Coelho Santos (Ministério Público Federal/ Subprocuradora Geral da República); Sra. Roberta Amanajás (Ministério Público Federal - Assessora Jurídica da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão); Sr. André Carneiro Leão (Defensoria Pública da União – Defensor Público da União); Sr. Yuri Costa (CNDH - Presidente Conselho Nacional de Direitos Humanos); Sr. Darci Frigo (Vice-Presidente CNDH/Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil); Sra. Givânia

Ata Reuniões 1 e 2 GT (2043998) SEI 90790.001104/2020-27 / pg. 416

Maria da Silva (Coordenação Nacional dos Quilombos); Dra. Vercilene Francisco Dias (CONAQ); Sra. Edivânia Maria da Silva (CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos); Sr. Johnny Martins (CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos); Dr. Fernando Prioste (ISA – Instituto Socioambiental); Sra. Sandra Andrade (CONAQ - Coordenadora Executiva); Dra. Juliana de Paula (ISA - Advogada do Instituto Socioambiental); Sra. Carmela Zigoni (INESC/Antropóloga); Sr. Fernando Avendanho (Assessor Técnico do CONASS); Sr. Alessandro Chagas (CONASEMS); Sr. Valber Frutuoso (FIOCRUZ) e Dr. Hilton Silva (ABRASCO - Biólogo, Médico e Antropólogo). **ABERTURA:** A Sra. Viviane Petinelli iniciou a reunião cumprimentando a todos e, após breve apresentação de todos, leu a pauta: 1. Orientações sobre as determinações da ADPF 742, especificamente na atuação deste grupo de trabalho; 2. *Feedback* sobre as ações do governo federal quanto às determinações III e IV, relacionadas à disponibilização do quesito raça/cor nos dados do Sistema Único de Saúde e à redisponibilização de conteúdos de plataformas online, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 3. Pactuação de um calendário de atividades do grupo de trabalho e encaminhamentos finais. Além disso, sinalizou que, devido a atraso por questões técnicas, a reunião terminará meia hora mais tarde. A Sra. Viviane Petinelli discorreu sobre as determinações da ADPF e destacou a prioridade da população Quilombola, assegurada pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação. Com a palavra, o Sr. Marcos Peixinho comentou sobre os trabalhos realizados sobre a Determinação III, mencionou a Portaria GM/MS nº 3.396 e o lançamento de mais uma portaria de incentivo financeiro aos municípios para cadastramento. Com a fala, a Sra. Givânia Maria da Silva destacou a importância de construir este grupo de trabalho assegurando a paridade entre governo e sociedade civil, notou a importância da diversidade de atores e atrizes aqui dialogando, sugeriu a criação de outros grupos e que, na Coordenação do GT, o eixo saúde seja conduzido pelo Ministério da Saúde. Na sequência, a Sra. Viviane Petinelli justificou o porquê da coordenação pela Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Com a palavra, o Sr. Yuri Costa considerou que os representantes do governo devem possuir o poder de decisão para que independam de consulta a outros órgãos, tendo em vista o volume de agendas. Por fim, acrescentou que é extremamente importante definir o conceito de paridade. Com a fala, a Sra. Viviane Petinelli avisou que, em caso de dissenso, este será informado de forma transparente ao STF. Além disso, o Sr. Esequiel Roque sugeriu que somente titulares das representações possam votar. Novamente com a palavra, a Sra. Viviane Petinelli ratificou que houve cuidado na manutenção da paridade de titulares e comunicou

que a FIOCRUZ está aceita a compor o grupo. Em seguida, o Sr. André Carneiro Leão comentou a decisão no item dois, que solicita comunidades quilombolas e ali foram colocadas comunidades tradicionais. Além disso, a Sra. Givânia Maria da Silva reforçou que o intuito da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos é a existência deste plano de forma eficaz e efetiva das comunidades Quilombolas. Acrescentou também que a vacina contra a Covid-19 é um item do plano. Com a fala, a Sra. Viviane Petinelli solicitou à equipe do Ministério da Saúde que disponibilize no *chat* as informações do Localiza SUS, onde os dados do plano podem ser visualizados, atendendo ao pedido da Sra. Carmela Zigoni. Na sequência, o Sr. Fernando Galhardo destacou que a busca pelo consenso é fundamental na organização das atividades e que é necessário considerar um mecanismo de Resolução desses consensos, na medida da observância da determinação do STF, inclusive no seu conteúdo cautelar. Além disso, pontuou que são necessárias medidas concretas para além da elaboração do plano. Em seguida, a Sra. Sandra Andrade salientou que cada região possui suas especificidades. Com a palavra, o Sr. Marcelo Carvalho dos Santos informou que reuniões plenárias estão ocorrendo em busca de pontos de convergência para evolução do plano, que é necessário definir a ideia de paridade e que a proposta da Advocacia Geral da União é não contabilizar *numerus clausus* específicos. Com a fala, o Sr. André Carneiro Leão considerou o dever de voto e manifesto da Defensoria Pública nessas matérias. Com a palavra, a Sra. Givânia Maria da Silva solicitou que a Defensoria Pública da União seja avaliadora e que as indicações da Sociedade Civil procedam exclusivamente da CONAQ. Além disso, a Sra. Viviane Petinelli reforçou que haverá pontos de consenso e dissenso em qualquer das propostas, independente da paridade. Com a fala, a Sra. Givânia Maria da Silva registrou que o almejo da CONAQ é um plano assim como foi determinado, executado e efetivado. Em relação à Determinação IV, sobre o restabelecimento de conteúdo de plataformas públicas, a Sra. Viviane Petinelli solicitou ao diretor Rodrigo Faria que atualizasse aos presentes na maior brevidade possível sobre as providências tomadas. Em seguida, o Sr. Alessandro Chagas ressaltou que o SUS defende a diversidade, justamente por uma construção coletiva de consensos. Além disso, o Sr. Rodrigo Farias apresentou a Determinação IV, citou eixos definidos pela Agenda Social Quilombola, questões do porquê do atraso do desenvolvimento e exibiu o sistema de monitoramento SIMOPE, frisando que este está disponível na internet. Também informou o avanço que houve em relação a permitir a chegada da informação aos Quilombolas e outros segmentos de povos e comunidades tradicionais. Na sequência, a Sra. Viviane Petinelli explicou que. pelo atraso na votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por regra legal, é vetada a abertura de ordem de

serviço relacionada a investimentos. Em seguida, esclareceu informações da plataforma Gov.br. Continuando a apresentação sobre o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia de Covid-19, no que concerne a população Quilombola, o Sr. Marcos Peixinho observou que uma portaria foi criada para estímulo do cadastro da população Quilombola e membros de comunidades tradicionais na atenção primária, bem como o investimento de trinta e oito milhões de reais. Além disso, alertou que questões sobre autodeclaração devem ser revistas a fim de evitar inconsistências no atendimento de saúde. Com a palavra, a Sra. Adriana Lucena comentou o cronograma de vacinação dos Quilombolas, além de propostas de execução, tópicos e eixos para o Plano de Operacionalização da Vacinação dessa população. Destacou que as definições, partindo do grande quantitativo de municípios e população, é feita em nível de município, e não constará realmente esse detalhamento do plano. Por fim, comentou sobre tópicos gerais do Plano Nacional de Operacionalização de Vacina. Com a palavra, a Sra. Viviane Petinelli ofereceu uma proposta de calendário e informou prazos contratuais. Além disso, pontuou os encaminhamentos desta reunião: 1. Envio do plano para as contribuições dos presentes nesta reunião, assim como os slides da apresentação feita; 2. Convocação para a próxima reunião, no dia vinte e quadro de março de do ano de dois mil e vinte e um. Além disso, a Sra. Givânia Maria da Silva solicitou que seja utilizada a base do IBGE 2020 para planejamento das ações. **ENCERRAMENTO:** A Sra. Viviane Petinelli agradeceu a todos e encerrou a reunião.

_____

Sra. Viviane Petinelli

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Março 2021

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO ÂMBITO DA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADPF Nº 742.

No dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Interdisciplinar no Âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 742. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Adriana Marguti, Representante da Equipe de Conservação da Amazônia - Ecam; Adriana Regina Farias Pontes Lucena, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde – CGPNI/MS; Aline Soares, Assessora da Secretaria Especial de Assuntos Federativos; Ana Borges Coelho Santo, Coordenadora substituta da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais); André Carneiro Leão, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais da Defensoria Pública da União – DPU; Arlene Cruz dos Santos Morais, Representante do Departamento de Política Étnicos Raciais – DIPER; Biko Rodrigues, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Carmela Morena Zigoni Pereira, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc; Darci Frigo, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; Diego Emilio Romero Rovaris, Coordenador de Garantia e Equidade Substituto do Ministério da Saúde; Edi Freitas, Coordenador da Fundação Palmares; Érico Melo Goulart, Coordenador-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, da Diretoria de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Esequiel Roque do Espirito Santo, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Fernando Prioste, Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Givânia Maria da Silva, Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Hilton Silva, Pesquisador da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; Jeniffer Dantas Ferreira, Representante do Ministério da Saúde; Jhonny Martins de Jesus, Coordenador-Executivo da Coordenação Nacional de Articulação

das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; João Vitor Rodrigues Loureiro, Assistente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; Juliana de Paula Batista, Assessora do Instituto Socioambiental – ISA; Laura Alves Paulino, Representante do Ministério da Saúde; Lucelia Luiz Pereira, Professora da Universidade de Brasília; Luciana Valéria Pinheiro Gonçalves, Coordenadora-Geral de Políticas Étnico-Raciais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Luiza Viana Araújo, Representante da Equipe de Conservação da Amazônia – Ecam; Luz Marilda de Morais Maciel, Coordenadora-Geral de Interlocução Social da Secretaria de Governo da Presidência da República; Maira de Souza Moreira, Representante da Terra de Direitos; Marcelo Carvalho dos Santos, Adjunto do Advogado-Geral da União da Advocacia-Geral da União; Omar Inês Sobrinho, Diretor do Departamento de Políticas Étnico-Raciais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Raimundo Magno Cardoso Nascimento Malungu, Pará e Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Renata Maria de Oliveira Costa, Diretora do Departamento de Saúde da Família do Ministério da Saúde – DESF; Roberta Amanajas, Assessora Jurídica do Ministério Público Federal; Rodrigo Jose Henriques Faria, Diretor do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – DIMOPE; Sandra Andrade, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Sidney Cardoso Vanderlei, Coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Justiça e Segurança Pública e Direitos Humanos da Controladoria Geral da União; Tenente Coronel Claudio Paradelo Peixoto, Assessor Militar do Gabinete de Segurança Institucional; Tenente Coronel Saturnino, Diretor do Gabinete de Segurança Institucional; Thaís Sampaio da Silva, Juíza instrutora do Gabinete do Ministro Edson Fachin; Valdinei Gomes e Gomes, Representante da Organização das comunidades quilombolas do estado do Pará - Malungu Pará; Vercilene Francisco Dias, Advogada da CONAQ na ADPF 742; Viviane Petinelli e Silva, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Abertura da Reunião. A Sra. Viviane Petinelli e Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos e apresentou a pauta da reunião, que foi previamente enviada por *e-mail* aos membros, composta pelos seguintes itens: 1. Nova decisão proferida pelo Ministro Fachin e implicação para os trabalhos

do GT; 2. Apresentação da Proposta do Plano Nacional de Enfretamento da Covid-19 para a população quilombola; 3. Calendário revisado do GT; 4. Explanação sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação da População Quilombola; 5. Encaminhamentos. Iniciando o **Item 1. Nova decisão proferida pelo Ministro Fachin e implicação para os trabalhos do GT**, lembrou que o MMFDH recebeu, no dia 2 de março, a determinação do Ministro Marco Aurélio, solicitando a formulação, no prazo de 30 dias, do Plano Nacional de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 no que concerne a população quilombola, sendo que esse GT foi criado para iniciar essa construção. Explanou que, no dia 22 de março, receberam a determinação do Ministro Edson Fachin corrigindo a determinação anterior e deixando claro que a União deveria apresentar dois planos, sendo o primeiro o Plano Nacional de Operacionalização de Vacinação que inclua os povos quilombolas na fase prioritária no prazo de 72 horas (25 de março) e o segundo o Plano Nacional de Enfretamento da Pandemia Covid-19 no que concerne à população quilombola no prazo de 30 dias (9 de abril). A Sra. Vercilene Francisco Dias ponderou que está com dúvidas, uma vez que já haviam deliberado, na última reunião, que o plano não se tratava apenas de vacinação, mas sim de um plano nacional de combate nos territórios quilombolas e de inclusão da população quilombola na fase prioritária. Discorreu que gostaria de ter o retorno das contribuições realizadas no documento encaminhado os membros do GT, para que sejam dados os próximos encaminhamentos. A Sra. Givânia Maria da Silva questionou se a proposta de plano que será apresentada já reflete a manifestação encaminhada. A Sra. Viviane Petinelli e Silva esclareceu que a intimação recebida trouxe um escopo muito menor para o plano, destacando que o governo federal deve cumprir aquilo que foi determinado de elaborar um plano voltado a assegurar à eficácia da vacinação na fase prioritária. Ponderou que a proposta que será apresentada contemplará as contribuições enviadas, destacando que é necessário ter a clareza que serão elaborados dois planos, um específico para operacionalização da vacinação incluindo os povos quilombolas na fase prioritária que será apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e outro mais amplo que traz muitas das sugestões recebidas. Seguindo ao **Item 2. Apresentação da Proposta do Plano Nacional de Enfretamento da Covid-19 para a população quilombola**, a Sra. Viviane Petinelli e Silva realizou a sua apresentação, destacando o título, escopo principal, componentes principais, estrutura, matriz de responsabilidade, contribuições iniciais recebidas, estratégias de avaliação. Em seguida, apresentou o **Item 3. Calendário revisado do GT**: 24/03 – Realização da 2º Reunião do Grupo de Trabalho, Responsável: GAB.SE.MMFDH; 30/03 – Envido de *e-mail* com proposta de plano para todos os

participantes do GT. Responsável: GAB.SE.MMFDH; 05/04 – Convocação da 3º Reunião do Grupo de Trabalho. Responsável: GAB.SE.MMFDH; 06/04 – Contribuições ao Plano. Responsáveis: Atores externos; Realização da 3º Reunião do Grupo de Trabalho Responsável: GAB.SE.MMFDH; 07/04 – Revisão final do Plano. Responsáveis: Todos; 08/04 – Consolidação do Plano e envio para AGU e Ministério. Responsável: GAB.SE.MMFDH; 09/04 – Entrega do Plano de Enfrentamento. Responsável: AGU; 23/04 – Envio de memórias de reuniões para participantes do GT. Responsável: GAB.SE.MMFDH. A Sra. Givânia Maria da Silva agradeceu pela apresentação e observou que o plano efetivo demanda outros elementos, além dos que foram apresentados, como a qualificação das ações que serão realizadas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva expôs o documento com o esboço do plano, explicando que ainda não foi possível detalhar todas as ações com a precisão necessária devido ao prazo, que será feito até o dia 30 de março. A Sra. Maira de Souza Moreira reforçou a necessidade de maior especificação sobre como as medidas serão implementadas, ponderando que havia uma expectativa que nessa reunião já tivesse um retorno do governo federal de quais sugestões da sociedade civil foram acolhidas. Questionou se a apresentação das contribuições iniciais recebidas significa que os demais conteúdos não foram acolhidos e salientou que é uma demanda constante que o governo federal forneça um diagnóstico detalhado das ações em curso, para que possam ter melhores condições de suprir as lacunas identificadas. Reforçou também que o documento apresentado pela CONAQ e pelas entidades da sociedade civil traz uma série de medidas relativas à segurança alimentar e ao acesso a saúde. A Sra. Viviane Petinelli e Silva solicitou que os painéis fossem compartilhados no *chat* da reunião para dá publicidade e transparências às ações que estão sendo realizadas e explicou que as contribuições iniciais apresentadas foram apenas exemplos, observando que ainda não houve tempo de sistematizar todas as contribuições, as quais serão incluídas no âmbito do plano para serem discutidas na próxima reunião do GT. Afirmou que o compromisso do MMFDH é buscar atender ao máximo possível para salvar vidas. O Sr. Hilton Silva compreendeu que é fundamental refletir que não podem depender da doação para implementação das ações que são uma obrigação do governo federal e arrazoou que estão sentindo falta de uma informação mais concreta sobre quais são as ações do conjunto de ministérios e instituições desse GT que estavam sendo realizadas para a população quilombola, entendendo que seria importante o envido de relatório com essas ações. Questionou se os representantes do Ministério da Saúde possuem condições de informar quantas doses da vacina da AstraZeneca foram enviadas para cada um dos estados para atender

especificamente a população quilombolas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explanou que não estão terceirizando a competência do governo federal, mas buscando alternativas para melhorar o atendimento diante a todas as restrições existentes e compreendeu que a sugestão de elaborar um relatório com as ações é excelente e orientará os ministérios a elaborá-lo. O Sr. Darci Frigo observou que o levantamento sobre a população quilombola realizado pelo IBGE é insuficiente para cobrir a realidade concreta das comunidades quilombolas deste país, entendendo que é necessário considerar que as medidas do plano não podem ficar restritas a essa informação. Relatou que a sociedade civil está sugerindo a realização de uma busca ativa, para que sejam consideradas as comunidades não catalogadas pelo IBGE. A Sra. Viviane Petinelli e Silva informou que já existem algumas ações voltadas a essa busca ativa, salientando que o governo federal apenas pode trabalhar com dados oficiais. A Sra. Lucelia Luiz Pereira reforçou a necessidade da proposta de plano contemplar os elementos considerados primordiais pelas entidades, especialmente, o detalhamento das estratégias de implementação, as unidades responsáveis, o horizonte temporal das ações, as fontes de recursos, as metas, as estratégias, os indicadores de monitoramento e a avaliação para acompanhar a implementação do plano e avaliar os gargalos e os avanços na execução das ações. Reforçou também a necessidade de incluir as ações de transferência de renda. A Sra. Viviane Petinelli e Silva afirmou que as ações de transferência de renda estarão contempladas no plano. O Sr. Fernando Prioste destacou que a vinculação das ações não pode está atrelada a qualquer doação de entidade privada, uma vez que, em seu entendimento, o ônus da União, após a determinação judicial, é fazer a realocação orçamentária de forma a cumpri-la e compreendeu que seria pertinente que a comunicação aos ministérios sobre as ações já desenvolvidas indique que as ações já executadas foram reputadas em seu conjunto insuficientes. A Sra. Viviane Petinelli e Silva ressaltou que a realocação de recursos não é uma ação simples, afirmando que as parcerias não substituirão o governo federal. O Sr. Rodrigo Jose Henriques Faria apesentou sobre Business Intelligence (BI) do monitoramento da distribuição de cestas de alimentos – Fundação Cultural Palmares que ainda está em execução e sobre o Painel de Monitoramento da Vacinação, afirmando que o governo federal possui o interesse e a condição técnica de fazer o compartilhamento de informações, a fim de que haja uma política pública transparente e o uso correto dos recursos. A Sra. Carmela Morena Zigoni Pereira destacou a necessidade de um planejamento da execução, para que o recurso seja disponibilizado no decorrer do exercício e sugeriu que fossem apresentados o programa, a ação e os planos orçamentários para a comunidade quilombola. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explicou que

é necessário comprovar o atendimento da meta para a realização do pagamento e confirmou que o detalhamento será trabalhado na medida do possível. A Sra. Luiza Viana Araújo discorreu que outro ponto inserido do documento encaminhado pela CONAQ e as organizações foi os critérios que serão considerados para a seleção das famílias que serão beneficiadas pelas cestas, reforçando a necessidade de acesso a essa informação. O Sr. Biko Rodrigues externou a sua preocupação com o atraso dos trabalhos, ressaltando que a delegação da função do estado para a iniciativa privada é situação muito ruim. A Sra. Givânia Maria da Silva discorreu que estão saindo com o mesmo sentimento da reunião anterior de falta de respostas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva alegou que compreendeu a ansiedade colocada, porém, informou que existem limites e prazos legais que precisam ser cumpridos, reiterando que o governo federal não está terceirizando a sua função. Esclareceu que o fato de não existir um plano escrito não significa que o governo federal não esteja atuando. Passando ao **Item 4. Explanação sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação da População Quilombola**, a Sra. Adriana Regina Farias Pontes Lucena realizou a sua apresentação, ressaltando objetivos, metas, cronograma, providências indicando quantitativo de populacional e de doses a serem destinadas, protocolos sanitários específicos voltados à efetividade da medida, ações programáticas a fim de evitar o descompasso nas unidades da federação e monitoramento da vacinação dos quilombolas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva lembrou que já encaminharam a solicitação de alteração do formulário de notificação do IBGE para incluir o campo "povos e comunidades tradicionais" com a especificação de comunidades quilombolas, informando que há uma grande mobilização de municípios e estados para não cumprir essa sugestão. Solicitou que as entidades apoiem o governo federal nesse sentido, para que haja efetividade na vacinação e no acompanhamento em tempo real. O Sr. Hilton Silva solicitou que as manifestações dos estados e municípios para não cumprimento da sugestão fossem encaminhadas e questionou como os municípios podem cumprir a recomendação do Ministério da Saúde de vacinar toda a comunidade quilombola sem escalonamento se as doses distribuídas para todos os estados contemplam apenas 63% da estimativa da população quilombola. Discorreu que alguns municípios e estados não estão fazendo distinção entre a vacina AstraZeneca e Coronavac para distribuição aos quilombolas. A Sra. Adriana Regina Farias Pontes Lucena ponderou que não existem vacinas suficientes para contemplar totalmente os grupos prioritários, explanando que há necessidade de fazer alguns ajustes, para que a vacinação seja realizada de acordo com o número de doses disponibilizadas, manifestando que infelizmente precisam trabalhar com estimativas. Com relação à distinção das

vacinas, elucidou que não há problema em utilizar a vacina Coronavac desde que haja a garantia de disponibilização da segunda dose. O Sr. André Carneiro Leão compartilhou a preocupação sobre o desenvolvimento dos trabalhos no GT e sobre o governo federal basear-se apenas em dados oficiais que não existem e compreendeu que é necessário criar um canal para atualização dos dados. Observou que a definição de comunidades quilombolas adotada na proposta apresentada diverge da definição prevista no Decreto nº 4887 e compreendeu que é importante considerar nessa reformulação das políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas a Convenção OIT nº 169, que determina que os povos das comunidades tradicionais, especialmente, das comunidades quilombolas devem ser ouvidos em todas as políticas públicas. Afirmou que é assustador o corte realizado pelo governo federal nos recursos do IBGE quando existe a possibilidade de retirar os povos quilombolas da invisibilidade. Registrou que solicitaram, na manifestação elaborada ao governo, que haja clareza em relação ao orçamento e colocou a expectativa de que haja um documento contemplando o esforço de realocação orçamentária na próxima reunião. Solicitado esclarecimentos pela Sra. Viviane Petinelli e Silva sobre o canal sugerido, explicou que, do ponto de vista da DPU, seria um canal direto de acesso das comunidades quilombolas para o governo federal com o objetivo de apontar as falhas nas estimativas. A Sra. Givânia Maria da Silva informou que a sua comunidade quilombola iniciou o processo de vacinação neste dia e concordou com a necessidade de criar um canal. Entendeu que o Ministério da Saúde poderia elaborar uma nota técnica para os municípios a ser submetida ao GT para criação de uma unidade de busca ativa dos dados e reforçar a necessidade de vacinação da população a partir de 18 anos. Discorreu que a SEPPIR tem um papel institucional muito importante, entendendo que deveria se manifestar imediatamente sobre o relatório do Congresso Nacional sobre o IBGE, reforçando que a posição enfraquecerá as ações de elaboração de políticas públicas para população no âmbito da Secretaria. A Sra. Adriana Regina Farias Pontes Lucena notificou que a bula da vacina e a nota técnica citam que os estudos mostram que a vacina possui eficácia para as pessoas acima de 18 anos, porém, ponderou que essa questão pode ser reforçada. A Sra. Ana Borges Coelho Santos somou-se as preocupações colocadas anteriormente e questionou quais pontos foram acrescentados e aperfeiçoado na proposta de Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação em relação à fase prioritária e à efetividade da medida. A Sra. Adriana Regina Farias Pontes Lucena explanou que a população quilombola não estava listada como grupo prioritário no primeiro plano apresentado em dezembro de 2020, sendo que foi inserido como 10º grupo prioritário para a vacinação. Arrazoou

que a distribuição de vacinas dependerá da disponibilização pelos laboratórios, sendo que já foi contemplado 63% das comunidades quilombolas. Ilustrou que será liberado para os estados o quantitativo de 37% para contemplar os 100% da estimativa de vacinação até o dia 25 ou 26 de março. A Sra. Ana Borges Coelho Santos salientou a necessidade de controle do governo federal, para que haja efetividade na vacinação através da interlocução com os estados e municípios e externou a preocupação da DPU em relação à comunicação da falta de doses. A Sra. Adriana Regina Farias Pontes Lucena alegou que conseguem acompanhar o quantitativo de doses aplicadas através do sistema e informou que foi dado o prazo até o dia 26 de março para que os estados indicasse a necessidade de ampliação de doses de vacinas. A Sra. Ana Borges Coelho Santos destacou a importância de incluir os meios de comunicação e de orientação para chamamento da vacinação no plano. O Sr. Darci Frigo postulou que as informações precisam ser acompanhadas no seu desenvolvimento para monitoramento do plano e intuiu que os impedimentos devem ser registrados e comunicados para serem enfrentados. A Sra. Thaís Sampaio da Silva externou a preocupação do Ministro com os dados concretos em relação à efetividade de ambos planos e a Sra. Ana Borges Coelho Santos ponderou que possui uma preocupação com o que se pretende entregar no Plano Nacional de Enfretamento da Pandemia Covid-19. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explicou que o até o dia 30 de março será encaminhada a proposta de plano completo para todos os participantes do GT com o detalhamento determinado pela ADPF, sendo que será realizada a última reunião no dia 6 de abril para debate sobre o plano, a fim de que a AGU apresente o plano finalizado no dia 9 de abril. Informou que as apresentações serão encaminhadas aos membros juntamente com a Ata da 1ª Reunião. A Sra. Ana Borges Coelho Santos observou que seria inviável receber as contribuições no mesmo dia da reunião, sugerindo realizar a reunião no dia 7 de abril juntamente com a revisão do plano. O Sr. Darci Frigo concordou que seria necessário ter um tempo hábil para incorporação das contribuições e lembrou que o orçamento ainda não foi votado no Congresso Nacional e o governo possui uma abertura para negociar recursos para as ações estruturais do plano, além da vacinação. Alterada a data da 3ª Reunião do GT para o dia 7 de abril, passou-se ao **Item 5. Encaminhamentos**. A Sra. Viviane Petinelli e Silva relatou que foram definidos os seguintes encaminhamentos: 1. Envio, por *e-mail*, da apresentação e da Ata da 1ª Reunião do GT para apreciação (SE.MMFDH); 2. Envio, por *e-mail*, da proposta inicial de plano de enfrentamento até o dia 30 de março (SE.MMFDH). A Sra. Maira de Souza Moreira propôs que o prazo para as contribuições da CONAQ e das entidades da sociedade civil sejam realizadas até o dia

5 de abril, a fim de que o governo federal retorne com as contribuições efetivamente incorporadas, o que foi acatado. Finalizados os itens de pauta, a Sra. Viviane Petinelli e Silva deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO ÂMBITO DA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADPF Nº 742.

No dia sete de abril de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 3ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Interdisciplinar no Âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 742. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Borges Coelho Santo, Coordenadora substituta da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais); André Carneiro Leão, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais da Defensoria Pública da União – DPU; Darci Frigo, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; Givânia Maria da Silva, Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Hilton Silva, Pesquisador da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; Sandra Andrade, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Vercilene Francisco Dias, Advogada da CONAQ na ADPF 742; Viviane Petinelli e Silva, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Marcus Vinícius Barbosa Peixinho, Coordenador de Garantia da Equidade do Ministério da Saúde; Érico Melo Goulart, Coordenador-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, da Diretoria de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Biko Rodrigues, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Thaís Sampaio da Silva, Juíza instrutora do Gabinete do Ministro Edson Fachin; Elisangela, Ministério da Cidadania

Abertura da Reunião. A Sra. Viviane Petinelli e Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos e apresentou a pauta da reunião, que foi previamente enviada por *e-mail* aos membros, composta pelos seguintes itens: 1. Explanação sobre o Plano de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 para a População Quilombola; 2. Discussão do Plano; 3. Encerramento. Iniciando o **Item 1. Explanação**

sobre o Plano de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 para a População Quilombola, lembrou que a proposta visa atender as determinações da ADPF nº 742, trazendo um conjunto de ações relacionadas à proteção da vida, à promoção da saúde e às questões territoriais referentes à segurança alimentar e à garantia de renda mínima. Apresentou a estrutura do Plano, a matriz de responsabilidade, os investimentos feitos até 09/04/2021 e alguns avanços já alcançados relacionados à promoção de saúde, proteção territorial e proteção social. Explanou sobre as estratégias de monitoramento, destacando que estão propondo enquanto governança do Plano: avaliação semanal da execução das ações do Plano e do *Business Intelligence* (BI) de monitoramento; elaboração e envio para o GT de relatório quinzenal com atualização sobre execução do Plano; e reunião mensal de avaliação da execução do Plano. A Sra. Ana Borges Coelho Santo compreendeu que é necessário definir parâmetros e índices para analisar quais foram os avanços e a Sra. Viviane Petinelli e Silva sugeriu trabalhar em um quadro comparativo, solicitando a colaboração da Advocacia-Geral da União (AGU) para encaminhar o que foi apresentando no âmbito da ADPF. A Sra. Vercilene Francisco Dias desculpou-se pelo atraso do envio do documento com as contribuições, ressaltando que a segunda versão do Plano encaminhada continua não atendendo as necessidades específicas da população quilombola e nem a determinação do Superior Tribunal Federal (STF). Observou que poucas contribuições foram incorporadas e salientou que foram definidas poucas ações, inclusive, o público potencial foi definido em apenas 3.466 comunidades quilombolas, sendo que as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trazem a existência de 5.272 comunidades ou localidades quilombolas. Relatou que observaram a ausência de medidas específicas de combate aos efeitos da Covid-19, ponderando que grande parte das ações indicadas não possui recorte específico para a população quilombola, incluindo apenas de forma geral as comunidades tradicionais. Salientou a falta de indicação de orçamento, de investimentos na distribuição de cestas alimentares e de ações relacionadas a questões territoriais de acesso e disponibilidade de atendimento à saúde e de protocolos comunitários, explanando que as poucas ações específicas para a comunidade quilombola previstas no Plano já haviam sido realizadas antes da proposição da ADPF. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explicou que cada ação possui um alcance específico, sendo que o objetivo é alcançar 100% da população quilombola. A Sra. Givânia Maria da Silva externou a sua decepção com a tentativa do governo de convencer de algo já apresentado, o qual já recebeu manifestações de que não atendia o objetivo, ponderando que foi exagero colocar a distribuição de merenda escolar como uma ação

executada para as comunidades quilombolas. Compreendeu que existe uma preocupação maior na elaboração de um plano de comunicação institucional para o Plano de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 para a População Quilombola do que a realização de ações efetivas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva alegou que entende as colocações, porém, não concorda com a alegação da existência de má-fé por parte do governo, reforçando que estão trabalhando para todos os públicos. Com relação à merenda escolar, explicou que o governo federal tomou um conjunto de medidas, para que continuasse mesmo após o fechamento das escolas, ampliando o número de parcelas repassadas a fim de que as crianças e os adolescentes quilombolas continuem acessando essa alimentação. Arrazoou que foram inseridas as principais manifestações recebidas do Ministério Público, da CONAQ e demais parceiros no Plano, explanando que o objetivo é apresentar quais foram os avanços e informar quais serão as ações que não poderão ser executadas por diversos fatores que serão explicados. A Sra. Givânia Maria da Silva afirmou que o governo federal precisa trabalhar para todos os brasileiros, entretanto, esse fórum deve tratar especificamente da população quilombola. Dando seguimento, a Sra. Viviane Petinelli e Silva apresentou as contribuições enviadas à introdução do Plano, explicando possui o objetivo de trazer informações gerais sobre as bases de dados. A Sra. Ana Borges Coelho Santo externou a sua preocupação com as considerações realizadas, ressaltando que o Plano foi elaborado baseado na situação existente e não corrige uma situação que levou o STF a indicar violações estruturais de direitos fundamentais. Afirmou que o Plano deve ser elaborado com medidas estruturais para alcançar o resultado desejado. A Sra. Viviane Petinelli e Silva questionou como deve ser elaborada a estrutura do Plano, para que, de fato, seja um plano que supere as questões estruturais apontadas e a Sra. Ana Borges Coelho Santo ponderou que é necessário demonstrar o que está sendo feito e identificar as falhas existentes para traçar um plano de correção. A Sra. Viviane Petinelli e Silva observou que há dificuldades para realizar avaliações como essas por levarem bastante tempo, entendendo que precisará ser feita de forma paralela com a continuidade das ações. O Sr. André Carneiro Leão informou que a Defensoria Pública da União (DPU) subscreve integralmente as explanações anteriores sobre a percepção da existência de dificuldades de avanços e relatou que a decisão do STF é muito clara e traz a determinação de formular o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia do Covid-19 no que concerne à população quilombola no prazo de 30 dias, formulando objetivos, metas, ações programáticas, cronograma de implementação e metodologias de avaliação, contemplando, ao menos, providências visando à ampliação. Compreendeu que é necessário estabelecer como

premissas, para chegar a conclusões semelhantes, que as comunidades quilombolas possuem o direito a uma proteção especial do Estado em razão do histórico de exclusão racial das políticas públicas; que houve o descumprimento de preceitos fundamentais pelo Poder Público; e que há necessidade de criação de medidas de ampliação. Lembrou que a DPU solicitou a apresentação do Plano com as contribuições enviadas na última reunião e não foi atendido, ponderando que será difícil ter qualquer tipo de avanço ou diálogo sem que haja a indicação do que foi incorporado ou não. Afirmou que o documento apresentação não cumpri a determinação do STF e compreendeu que a primeira meta a ser cumprida pelo governo federal para atender as defendidas pelo STF seria garantir a realização do censo nas comunidades quilombolas em 2021, para que tenham dados concretos para executar as ações. O Sr. Marcus Vinícius Barbosa Peixinho informou que o Ministério da Saúde (MS) e o MMFDH estão trabalhando em um plano de contingência da Covid-19 desde junho de 2020, sendo que foram investidos R$ 319 milhões para povos e comunidades tradicionais através da Portaria nº 2.405/2020 e serão investidos R$ 49 milhões no mês de abril para o enfrentamento da Covid-19. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explicou que, no âmbito do governo federal, as metas não estão diretamente associadas ao orçamento existente e sim aos objetivos, visto que estão apresentado o histórico que culminará no novo. Elucidou que o Plano trouxe um planejamento que possibilitará o acompanhamento do que está e será feito, para que seja executada uma avaliação do que mais precisa ser feito. O Sr. Darci Frigo afirmou que existe um componente concreto de racismo estrutural que atinge a população negra e compreendeu que qualquer plano baseado em dados não concretos será falho e não conseguirá atender o público alvo, afirmando que essa questão deve ser enfrentada. Concordou com as alegações de que o Plano deve ser detalhado e entendeu que essa reunião estaria prejudicada, pois foi apreciada uma proposta e agora existem novas informações que não podem ser analisadas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva comentou que não possuem tem hábil para aguardar a produção de dados e explicou que a única novidade trazida no Plano é justamente a tentativa de avanços relacionados às contribuições encaminhadas, que não puderam ser sistematizadas pela falta de tempo hábil e serão encaminhadas aos membros desse Grupo de Trabalho após a reunião. Relatou que a planilha enviada traz as informações mais detalhadas sobre os valores das ações que possuem algum empenho associado, sendo que estão sendo finalizados apenas os detalhes em relação à ação orçamentária. O Sr. Hilton Silva manifestou que os trabalhos desse Grupo estão prejudicados pela falta de metas e objetivos claros para elaboração de um planejamento mesmo havendo boa vontade das pessoas envolvidas. Mencionou

que a Portaria nº 2.405/2020 lista 14 grupos diferentes para serem atendidos com os recursos disponibilizados, de modo que a população quilombola não é seu alvo específico como é desse GT e da ADPF. Destacou que tudo que foi apresentado do ponto de vista da merenda escolar e da distribuição de cestas básicas já está sendo feito e comentou que não é verdade que não existam dados sobre as populações quilombolas, uma vez que pesquisadores de várias áreas vem fazendo levantamentos e dando informações sobre a situação dessa população há décadas, no entanto, o governo federal nunca sistematização essas informações de maneira a conseguir fazer um planejamento específico. Compreendeu que é necessário que todas as ações relacionadas especificamente a essa população sejam feitas com maior antecedência possível com recursos e metas específicas. A Sra. Sandra Andrade questionou o motivo da dificuldade de reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, uma vez que estão contemplados nos artigos 168, 215 e 216 da Constituição Federal, justificando que todas as ações conquistadas foram por meio de processos judiciais. A Sra. Viviane Petinelli e Silva discorreu que não há qualquer desrespeito e desinteresse no reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas por parte da União, entendendo que teria a mesma sensação de frustação se estivesse no lugar da Sra. Sandra Andrade por não conseguirem fazer cumprir o usufruto integral de todos os diretos. Solicitada questão de ordem, sugerindo a finalização da apresentação, a Sra. Ana Borges Coelho Santo concordou com a sugestão para que possam receber e analisar o documento com as contribuições e compreendeu que se não conseguirem avançar na elaboração do Plano isso ficará sob a responsabilidade do Poder Judiciário. A Sra. Viviane Petinelli e Silva relatou que a sugestão é inserir um cronograma de desembolso além do detalhamento do plano orçamentário. Retomando a apresentação do Plano, elencou as contribuições realizadas nos objetivos, destacando que não conseguem atender, nesse momento, a apresentação dos resultados na prestação de serviços de saúde e a mensuração da qualidade deles. Postulou que a questão do impacto será uma ação futura e que a Política de Saúde tem um conjunto de estruturas bem definidas de gestão e controle das ações. A Sra. Ana Borges Coelho Santo observou que as ações não estão sendo realizadas a contento e precisam ser melhoradas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva discorreu que a sugestão de ação relacionada ao atendimento ambulatorial e hospitalar da população quilombola é uma competência de outro ente e será inserida no âmbito das instâncias de pactuação, para que a União reforce e apoie a sua realização. Com relação à observação do aumento no credenciamento de agentes de saúde sem reportar medidas previstas para estimular o credenciamento pelos 1.279 municípios, bem como,

para garantir a celeridade e a eficiência na análise e deferimento dessas solicitações, observou que é um grande desafio, uma vez que os municípios possuem autonomia para determinar as suas ações. Explicou que as medidas de fortalecimento das equipes da Estratégia Saúde da Família Quilombola estão contempladas pelos recursos transferidos aos municípios e ao Distrito Federal e que o governo federal não pode comprometer-se com medidas de logística, que visem o acesso regular a unidade de pronto atendimento e leitos a todas as pessoas integrantes de comunidades quilombolas com cronograma de ações específicas, visto que não é a sua competência essa logística. O Sr. Marcus Vinícius Barbosa Peixinho esclareceu que o papel do Ministério da Saúde é organizar o sistema e a Sra. Ana Borges Coelho Santo entendeu que seria interessante incluir as falhas existentes na ponta no Plano para encontrar uma solução. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explanou que o apontamento de falta de planejamento do incentivo financeiro aos municípios foi corrigido com a inclusão de quadros ao final dessa sessão e está contemplado no âmbito da planilha, sendo que foi apresentada a informação da existência inicialmente de R$ 48 milhões para o atual orçamento mesmo ainda não havendo orçamento definido para 2021. Com relação aos Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), discorreu que incluíram o processo de compra de testes rápidos pelo Ministério da Saúde por meio da pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e o esforço da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) no sentido de trazer um detalhamento maior, inclusive, de estimular que a compra atenda a população quilombola. Afirmou que o governo federal não pode atender, a não ser por meio de parcerias ou doações, itens de higiene e limpeza. O Sr. Hilton Silva salientou que é fundamental incluir no planejamento de testagem a genotipagem do Sars-CoV-2 nas populações quilombolas e a Sra. Viviane Petinelli e Silva relatou que foi reforçada a posição e a importância da prevenção e da vacinação e explicou que a indicação da Ministra Damares Alves como voz tem a intenção de trazer o olhar do direito humano. A Sra. Ana Borges Coelho Santo esclareceu que não houve críticas à presença da ministra, ponderando que uma campanha não pode ser estruturada apenas com fala de uma pessoa. A Sra. Viviane Petinelli e Silva destacou que o vídeo com a ministra será uma ação que comporá a campanha e a Sra. Givânia Maria da Silva entendeu que há necessidade de uma campanha, todavia, lhe preocupa a personalização do governo nas pessoas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva reforçou que a fala da ministra foi uma ação emergencial para trazer o olhar do direito humano, inclusive, para divulgação do Disque 136. Discorreu que o ponto relacionado ao fornecimento de água potável já foi incluído envolvendo a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para apresentação e o Programa Cisternas, que é uma

parceria com o Ministério da Cidadania. Informou que alguns apontamentos em relação às alterações conceituais sobre a entrada de terceiros nos territórios quilombolas serão acatados. A Sra. Edir explanou que estão discutindo com o INCRA sobre como proceder na situação da proteção dos territórios, visto que a Fundação Palmares está colocando-se à disposição para levar e monitorar as ações de reintegração de posse. O Sr. André Carneiro Leão relatou que obtiveram a informação de que o INCRA determinou internamente a não continuidade dos processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas e indígenas, em especial, questionando se essa informação é verdadeira e se diante a decisão do STF será adotada uma decisão oposta de retornar os processos de titulação. Caso sejam retomados os processos, solicitou que fosse encaminhada cópia da orientação geral as representações do INCRA nos estados e que fossem estabelecidas metas de certificação da Fundação Palmares. A Sra. Viviane Petinelli e Silva continuou a apresentação do Plano em relação à segurança alimentar, observando que será incluída a questão da especificidade para o atendimento. Explanou que estão realizando um recorte específico para a comunidade quilombola em relação à merenda escola, destacando que existe um repasse de quase R$ 36 milhões em 2021 para atendimento dos estudantes quilombolas, visto que a primeira parcela foi depositada no mês de janeiro ao invés de fevereiro. Explicou que as perguntas colocadas estão respondidas ao longo do texto. A Sra. Vercilene Francisco Dias compreendeu que seria interessante incluir as informações sobre as ações promovidas pelo governo em relação à aquisição de produtos do PAA para a população quilombola, o que foi acatado. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explicou que deixaram mais claro o texto sobre a periodicidade das entregas e arrazoou que ainda não é possível trabalhar com os valores ou fazer qualquer tipo de estimativa, uma vez que ainda não possuem a informação do valor disponibilizado de orçamento. Com relação ao Programa Bolsa Família e Cadastro Único, relatou que ainda não conseguem cumprir as propostas sem a existência de um orçamento estabelecido. Informou que a proposta de estratégias de monitoramento apresentada será incluída. **2. Discussão do Plano:** O Sr. Hilton Silva questionou se esse documento será encaminhado novamente aos membros do GTI para reavaliação, sendo que esclarecido pela Sra. Viviane Petinelli e Silva que será encaminhado assim que forem finalizados os últimos detalhes pendentes. O Sr. Biko Rodrigues compreendeu que o governo tem dificuldades de entender que a segurança alimentar não é apenas cesta básica, a qual apenas resolve um problema pontual e manifestou que o recurso apresentado do PAA não é específico para a população quilombola, entendendo que não deve ser apresentado no Plano. Discorreu que é necessário definir os critérios

para acessar o PAA e o PNAE. A Sra. Viviane Petinelli e Silva afirmou que esse detalhamento será realizado assim que houver as informações. A Sra. Elisangela entendeu que é uma possibilidade a realização de chamadas específicas para quilombolas e indígenas dentro do PAA e a Sra. Thaís Sampaio da Silva explanou que o Ministro Edson Fachin possui a expectativa de que todas as colaborações sejam incorporadas na proposta de Plano. O Sr. André Carneiro Leão questionou se existe algum representante do Ministério da Economia na reunião, visto que seria importante tentar sensibilizá-lo que eventual contingenciamento do orçamento já limitado implicará no descumprimento da decisão judicial. A Sra. Viviane Petinelli e Silva esclareceu que não há representação do Ministério da Economia no GTI, porém, informou que essas questões estão sendo colocadas nas reuniões do Comitê de Crise composto pelos ministérios. Alegou que podem convidar um representante do Ministério da Economia caso haja interesse. Não havendo mais manifestações, comprometeu-se em enviar a versão consolidada do Plano com as informações e ajustes pendentes amanhã (08/04) e solicitou que a CONAQ, quando possível, dê o retorno em relação à governança do Plano, para que sejam feitas as devidas providências. **3. Encerramento:** Finalizados os itens de pauta, a Sra. Viviane Petinelli e Silva deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO ÂMBITO DA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADPF Nº 742.

No dia doze de maio de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 4ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Interdisciplinar no Âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 742. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Borges Coelho Santos, Coordenadora substituta da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais); André Carneiro Leão, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais da Defensoria Pública da União – DPU; Darci Frigo, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; Givânia Maria da Silva, Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Hilton Silva, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; Sandra Andrade, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Vercilene Francisco Dias, Advogada da CONAQ na ADPF 742; Fernando Prioste, Representante do Instituto Socioambiental; Viviane Petinelli e Silva, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Marcus Vinícius Barbosa Peixinho, Coordenador de Garantia da Equidade do Ministério da Saúde; Érico Melo Goulart, Coordenador-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, da Diretoria de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Biko Rodrigues, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Thaís Sampaio da Silva, Juíza instrutora do Gabinete do Ministro Edson Fachin; Maira de Souza Moreira, Representante da Terra de Direitos; Fernando Campos Avendanho, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Tiago Cantalice, Assessor da Defensoria Pública da União – DPU; Edi Freitas, Coordenadora da Fundação Cultural Palmares; Lucelia Luiz Pereira, Professora da Universidade de Brasília – UnB; Carmela Morena Zigoni Pereira, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; Rodrigo José Henriques Faria, Diretor do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnicos-Raciais – DIMOPE/MMFDH; Maria

Guida Carvalho de Moraes, Assessora Jurídica do Plano Nacional de Imunização – PNI; Priscila Caldeira Alencar de Souza, Representante da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunização – CGPNI.

Abertura da Reunião. A Sra. Viviane Petinelli e Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos e apresentou a pauta da reunião, composta pelos seguintes itens: 1. Esclarecimentos solicitados pelo Ministro Relator; 2. Apresentação do BI Execução do Plano; 3. Apresentação da Governança do Plano (Retorno da CONAQ quanto à proposta sugerida); 4. Encaminhamentos. A Sra. Ana Borges Coelho Santos alegou que não recebeu o Plano de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 para a População Quilombola encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal (STF) e observou que não poderão passar para a etapa de elaboração de metas de acompanhamento enquanto o Plano não estiver homologado. Entendeu que é necessário enfrentar os questionamentos encaminhados pelo Ministro Relator em relação às manifestações dos autos. Afirmou que possui uma grande dificuldade em adiantar o planejamento de cumprimento das ações elaboradas devido à falta de aprovação e à existência de muitas lacunas a serem respondidas. Compreendeu que há um prejuízo de atuação por não poderem confrontar o Plano nesse GT, questionando se poderão avançar sem essa aprovação e sem resolver as pendências assinaladas pelo Ministro Relator. A Sra. Viviane Petinelli e Silva afirmou que o Plano foi encaminhado aos membros do GT no momento de envio ao STF, ponderando que pode reencaminhá-lo novamente. Nesse sentido, informou que será disponibilizada no *chat* a lista de *e-mails* para confirmação. Explanou que possuem a ciência de que o Plano não está homologado pelo Ministro, todavia, registrou que existem ações em execução e novas ações planejadas para atender às solicitações dos membros do GT, salientando que possuem o entendimento que devem disponibilizá-las para um acompanhamento em tempo real. Arrazoou que existem alguns pontos específicos no Plano que precisam de esclarecimentos ou aprimoramento. A Sra. Vercilene Francisco Dias apresentou algumas observações gerais da CONAQ que não foram consideradas, destacando que a terceira versão do Plano foi protocolada nos autos antes do envio às organizações. Com relação às metas, postulou que ainda há uma subestimativa da população quilombola e o governo não apresentou soluções para sanar essa falha. Além disso, relatou que existe uma falta de coordenação, de gerenciamento e de fiscalização na aplicação da vacina por parte do Ministério da Saúde e que há várias falhas no Painel de Monitoramento, inclusive, de divergência entre os dados. Ressaltou que a CONAQ possui o entendimento que a garantia de

segurança alimentar não é somente a doação de cestas e a distribuição de alimentos por parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas garantir outras políticas públicas com relação à autoprodução nos territórios. Nesse mesmo sentido, relatou que gostaria que o governo se manifestasse formalmente sobre a retirada dos quilombolas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tendo em vista que a insegurança alimentar é algo crescente dentro dos territórios quilombolas. Manifestou que sentiram falta de documentos comprovatórios com relação à proteção territorial. A Sra. Givânia Maria da Silva salientou o esforço da sociedade civil em trazer contribuições para o Plano e afirmou que é desesperador constatar que estão sempre discutindo sobre os mesmos itens, os quais continuam intactos. Lembrou que, desde a primeira reunião, foi mencionado que um dos esforços que deveria ser feito pelo governo seria um processo de monitoramento, fiscalização e sensibilização dos municípios. Registrou que receberam informações de outros membros que estão com o mesmo problema levantado de recebimento de *e-mails* e observou que as atas não estão refletindo as discussões, destacando a necessidade de qualificação das informações. A Sra. Viviane Petinelli e Silva afirmou que as explanações abordaram todos os pontos que serão apresentados, ponderando que realizará as explicações na apresentação dos esclarecimentos solicitados pelo Ministro Relator do GT. Com relação às atas, relatou que é importante que os membros apresentem as suas observações para realização dos ajustes necessários. A Sra. Thaís Sampaio da Silva sugeriu, como encaminhamento, que fosse realizada uma discussão sobre os pontos específicos de divergência do Plano ao invés da exposição de um cronograma de execução. A Sra. Viviane Petinelli e Silva acatou a sugestão e passou à apresentação do **Item 1. Esclarecimentos solicitados pelo Ministro Relator do GT,** explicando sobre a efetivação da participação paritária nos grupos de trabalho. A Sra. Vercilene Francisco Dias arrazoou que a questão da sociedade civil está relacionada à questão deliberativa, tendo em vista que as sugestões apresentadas não estão sendo implementadas no Plano. Mencionou que não há uma deliberação com relação às divergências do governo e da sociedade civil, uma vez que a última palavra é do governo em todas as divergências. A Sra. Viviane Petinelli e Silva discorreu que o governo possui o entendimento de que o Plano deve ser apresentado pela União, afirmando que estão fazendo um grande esforço para trazer a visão da sociedade civil para dentro desse Plano. Ponderou que o governo não consegue atender todas as propostas e da forma como são colocadas, esclarecendo que existem limites estruturais que os impedem de fazer um Plano de acordo com o desejo. Comentou que a solução encontrada foi incluir a indicação de divergência no âmbito do próprio Plano

apresentado em Juízo para tornar isso claro. A Sra. Thaís Sampaio da Silva propôs que fosse indicada a justificativa em cada proposta não incluída e a Sra. Viviane Petinelli e Silva acatou a proposta, salientando a importância da percepção externa para adequação do modelo proposto. O Sr. André Carneiro Leão associou-se às explanações da representante do Ministério Público Federal (MPU) com relação às dificuldades de análise do Plano apresentado ao STF, afirmando que também não recebeu a versão encaminhada com todas as contribuições formuladas pela sociedade civil e pelas entidades parceiras. Afirmou que está claro que o governo possui o entendimento de que esse GT tem uma função meramente consultiva, porém, destacou que está muito evidenciado que possui caráter deliberativo na decisão do Ministro Edson Fachin. Registrou, como membro do GT, que gostaria de ver claramente qual é a proposta do governo, o que já existe e o que será incrementado. A Sra. Viviane Petinelli e Silva postulou que a manifestação de que o governo não está incorporando as sugestões não é um fato, uma vez que estão incorporando e deixando claros os motivos da não incorporação dos itens que não conseguem executar no âmbito do próprio Plano. O Sr. Fernando Prioste ilustrou que é necessária uma abertura do governo federal, considerando um regime de construção coletiva, para que o diálogo seja efetivamente frutífero no sentido de atingir o objetivo do Plano. A Sra. Ana Borges Coelho Santos esclareceu que o Ministro determinou que a União elaborasse o Plano, todavia, na sequência da decisão deliberou pela constituição do grupo de trabalho interdisciplinar e paritário com a finalidade de debater, aprovar e monitorar. Observou que o Plano deixa de ser do governo partir do momento que o GT deve aprová-lo, entendendo que a dificuldade de raciocínio está relacionada à conceituação da transformação da ADPF nº 742 em lide estrutural, na qual todos os participantes têm voz nas decisões. Solicitou que fosse refletido sobre essa perspectiva. A Sra. Viviane Petinelli e Silva manifestou ciência quanto à decisão, mas expressou a dificuldade do governo de atender a todas as propostas apresentadas pelos atores externos membros do GT. Explicou que a discussão ponto a ponto proposta tem o propósito de buscar as soluções alternativas para avançar. A Sra. Ana Borges Coelho Santos discorreu que o governo tem que justificar os pontos os quais não possuem condições de executar, inclusive, indicar quando não se encontrou uma solução. Entretanto, afirmou que possui a perspectiva de que não cheguem nessa solução, destacando que isso seria muito ruim em termos de capacidade de governo. Apresentado um exemplo concreto de como podem sensibilizar os governos estaduais e municipais através de uma campanha nacional pela Sra. Givânia Maria da Silva, a Sra. Viviane Petinelli e Silva informou que esse tipo de mobilização tem sido realizado, porém, não é televisionada por questões

orçamentárias, explanando que serão apresentados alguns resultados dessa questão nos próximos *slides*. O Sr. Marcus Vinícius Barbosa Peixinho relatou que a Sra. Viviane Petinelli e Silva sempre enfatizou que seria um Plano de Estado e postulou que, em nenhum momento, foi negado o aprimoramento de informações e sugestões pelos colaboradores do governo federal. A Sra. Ana Borges Coelho Santos registrou que o Plano é um plano decorrente de uma decisão judicial, manifestando que está cumprindo a sua designação para trabalhar no GT. O Sr. Marcus Vinícius Barbosa Peixinho informou que não existe nenhuma matéria vinculando fraude ou denúncia de vacinação da população quilombola. O Sr. André Carneiro Leão compreendeu que chegaram a um ponto complicado de prosseguir, ponderando que a explanação do Sr. Marcus Vinícius Barbosa Peixinho traz o entendimento de que as ações do governo têm sido suficientes e não há necessidade da ADPF. Discorreu que esse entendimento vai de encontro às falas da Sra. Viviane Petinelli e Silva de que esse GT é um espaço importante para agregar contribuições. Indagou se o governo tem recebido informações de não aplicação de vacinações na população quilombola em alguns municípios, visto que a DPU tem recebido várias manifestações nesse sentido. A Sra. Viviane Petinelli e Silva esclareceu que essa questão está contemplada no *slide* seguinte e que a posição do governo é de cumprimento da ADPF nº 742, destacando que a população quilombola é prioridade independentemente da Ação. A Sra. Maira de Souza Moreira observou que a sociedade civil apresentou uma situação de vulnerabilidade das comunidades quilombolas no acesso dos equipamentos públicos de saúde, salientando que a garantia desse acesso é um requerimento da ADPF. Entendeu que é essencial que os pontos sejam debatidos e deliberados e retomou a solicitação de que as sugestões apresentadas pela sociedade civil sejam incorporadas, como o acesso à água potável. O Sr. Fernando Campos Avendanho informou que o CONASS não tem conhecimento do fato de que não há vacinação em alguns municípios, o que seria uma questão muito grave, solicitando a disponibilização da lista desses municípios para conhecimento. Observou que estão teoricamente com 100% da população quilombola com vacina assegurada, entendendo que devem ser informados sobre a existência de uma disparidade entre os números do CONASS e o que está acontecendo na prática. Destacou a necessidade de apurar essas denúncias de não vacinação, tendo em vista que não há nenhuma dificuldade em realizar a vacinação nas comunidades quilombolas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva sugeriu a construção de um fluxo de comunicação da DPU para o Ministério da Saúde para acesso às informações e realização das providências cabíveis imediatas. O Sr. André Carneiro Leão alegou que a DPU sempre se colocou à

disposição para viabilizar o fluxo de informações e facilitar da desburocratização da máquina pública. Lembrou que foi mencionado sobre a dificuldade na priorização da vacinação das comunidades quilombolas na última reunião, visto que o governo informou sobre a criação do Disque 136 para colher as denúncias. Discorreu que foi sugerido que, para além da DPU, fosse aberto um canal com a CONAQ que possui uma capilaridade maior. Entendeu que o mapeamento da vacinação das comunidades quilombolas deveria partir do governo federal. A Sra. Viviane Petinelli e Silva informou que ainda não receberam nenhuma denúncia pelo Disque 136, intuindo que, talvez, seria interessante criar um meio de comunicação entre os membros do GT mais célere. Disponibilizou o *e-mail* do Plano Nacional de Imunização (PNI) para essa comunicação. O Sr. Hilton Silva informou que tem acompanhado pessoalmente a situação dos municípios principalmente do estado do Pará, afirmando que a informação de que as populações quilombolas não estão vacinadas é procedente. Observou que, em todo o processo de acompanhamento de vacinação ao longo da sua vida profissional, a campanha de vacinação contra a Covid-19 é a mais desorganizada e alegou que os outros meios de comunicação não têm atingido as comunidades quilombolas. Arrazoou que foi identificada uma série de irregularidades no estado do Pará, inclusive, de tentativa insistente de realizar a vacinação das comunidades em local centralizado. Registrou que existe um grande contingente populacional não vacinado e que há a recusa no reconhecimento da população quilombola pelos municípios mesmo com as listagens elaboradas pelas associações conforme acordado. Registrou também que pessoas não pertencentes às comunidades quilombolas são vacinadas e pessoas pertencentes não são. Com relação às denúncias, postulou que elas estão sendo acumuladas nas vias possíveis. Informou que nenhum dos municípios que possuem contato elaborou plano específico de vacinação da população quilombola e que a maioria ignora as ações da ADPF, salvo quando é chamado a juízo. A Sra. Viviane Petinelli e Silva solicitou que as informações sejam repassadas para a atuação do governo federal e o Sr. Fernando Campos Avendanho observou que não conseguirão resolver os problemas pontuais nesse momento, afirmando que as comunidades quilombola já deveriam ter sido vacinadas. Entendeu que a Campanha de Vacinação Contra a Covid-19 não está mal organizada, visto que há um número de vacinas limitado. Registrou que estão batalhando muito para realizar essa vacinação, salientando que é necessário acertar os detalhes e analisar quais são os motivos de algumas comunidades quilombolas ainda não foram vacinas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva entendeu que devem apresentar as alternativas para assegurar que os quilombolas sejam vacinados e não outras pessoas

que podem aproveitar dessa oportunidade. O Sr. Darci Frigo externou a preocupação do CNDH em relação à coordenação global para estabelecer os critérios gerais para o processo de vacinação e do subdimensionamento da população quilombola. Concordou que a comunicação desse ser organizada como um plano para atingir os municípios onde estão localizadas as comunidades quilombolas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva solicitou permissão aos inscritos para passar a palavra ao Ministério da Saúde para os esclarecimentos. A Sra. Priscila Caldeira Alencar de Souza relatou que entende as dificuldades e as preocupações colocadas em relação à população quilombola como representante da CGPNI, ratificando que estão trabalhando muito para que toda a população brasileira seja contemplada. Informou que a estimativa populacional inicial dos quilombolas do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO) foi de 1.333.106 pessoas a serem vacinadas, sendo que foi encaminhada aos estados a quantidade de vacinas para contemplar as duas doses. Postulou que o número de doses aplicadas nas comunidades quilombolas pode ser acompanhado pelo painel do Localiza SUS. Reafirmou que não receberam nenhum tipo de denúncia, o que dificuldade a questão de orientações específicas para esse tipo de problema. Explicou que, após o envio dessas doses, receberam a informação de que o quantitativo foi menor do que o número de quilombolas a serem vacinados e elaboraram um ofício às unidades federativas, solicitando um levantamento real do quantitativo populacional das comunidades quilombolas. Notificou que apenas os estados do Amapá, Paraíba e Mato Grosso do Sul enviaram esse levantamento, o que resultou no acréscimo de 10.563 quilombolas no total estimado, os quais serão contemplados a partir do momento do recebimento das doses já pactuadas. Explicou que a estratégia vacinal é elaborada pelo próprio município, visto que as estratégias nacionais são articuladas com os estados com o auxílio do CONASS e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). Afirmou que é necessário que a coordenação estadual esteja coesa com os municípios para auxiliá-los em suas necessidades.

A Sra. Sandra Andrade manifestou que as comunidades quilombolas possuem dificuldades em realizar as denúncias devido à falta de *internet*, concordando com a necessidade de criar um processo para encaminhamento dessas denúncias. Salientou que as secretarias são notificadas das denúncias. Disponibilizado novamente o *e-mail* do PNI para o envio das denúncias no *chat* da reunião, o Sr. Biko Rodrigues salientou o descompasso das questões colocadas pelo governo diante da realidade existente e compreendeu que há um direcionamento político para que as ações de vacinação da comunidade quilombola não avancem. Questionou qual é a dificuldade do governo

acatar as propostas da sociedade civil e registrou que os dados inverídicos, como colocado pelo CONASS de que 100% da população quilombola já estão vacinadas, podem colocar vidas em risco. A Sra. Priscila Caldeira Alencar de Souza esclareceu que o representante do CONASS tratou do envio de 100% das doses da vacinação para esse população e não afirmou que 100% dela foi vacinada. O Sr. Fernando Campos Avendanho alegou que tem certeza que mencionou que para o CONASS 100% dos quilombolas têm suas doses de vacina asseguradas, porém, explanou que estão totalmente abertos caso houver uma divergência desses dados para retificar esse quantitativo. O Sr. Biko Rodrigues solicitou que o seu momento de explanação fosse respeitado e compreendeu que é necessário dialogar, pois não conseguirão avançar caso haja direcionamento político. A Sra. Viviane Petinelli e Silva destacou que o objetivo do GT é avançar, observando que já conseguiram avançar nas últimas horas de debates através da construção de novos fluxos e a apresentação de novas ideias. O Sr. Tiago Cantalice destacou que o fato do Disque 136 não ter registrado nenhuma denúncia não significa que as denúncias não ocorreram, sugerindo que o governo pensasse em formatos que alcancem efetivamente as populações. Lembrou que há muita resistência no reconhecimento dos direitos quilombolas apesar da previsão constitucional, exemplificando. Compreendeu que seria importante que a listagem das comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares fosse repassada para todos os municípios, a fim de que façam o tratamento prioritário de acordo com o PNI. Manifestou que o problema do subdimensionamento é real e precisa ser enfrentado e que existem outras formas de realizar uma campanha de comunicação, exemplificando com a campanha realizada pelo IBGE para construção de requisitos específicos para domicílios quilombolas por meio do *WhatsApp*. A Sra. Viviane Petinelli e Silva arrazoou que a Fundação Cultural Palmares possui um bom diálogo com um número expressivo de lideranças quilombolas e grupos de *WhatsApp* para isso, entendendo que o seu representante pode trazer mais detalhes sobre essa questão. O Sr. Hilton Silva esclareceu que suas manifestações não possuem caráter pessoal e afirmou que há uma enorme dificuldade de comunicação efetiva, uma vez que a situação dos municípios está totalmente distante do que foi mencionado até o momento. Reconheceu todos os esforços realizados pelos servidores públicos, mas observou que eles dependem de orientações dos gestores as quais não têm atingido a profundidade necessária. Questionou se a segunda dose da Vacina AstraZeneca para os quilombolas já foi liberada para os estados e municípios e observou que a solicitação de levantamento não chegou ao estado do Pará. A Sra. Priscila Caldeira Alencar de Souza informou que a segunda dose dessa vacina foi liberada no

16º Informe e que as solicitações de levantamento foram encaminhadas através dos Ofícios 236, 86 e 88. O Sr. Hilton Silva reiterou a necessidade de ter uma liderança mais efetiva do governo federal no sentido de que essas orientações cheguem efetivamente aos estados e municípios. A Sra. Maria Guida Carvalho de Moraes informou que o Ministério da Saúde tem desenvolvido diversas formas de comunicações, inclusive, através do seu próprio *site* e compreendeu que é importante que as dúvidas colocadas sejam respondidas pelo gestor municipal, visto que qualquer irregularidade deve ser comunicada ao Ministério da Saúde em conjunto com o CONASS e CONASEMS. A Sra. Viviane Petinelli e Silva reforçou os encaminhamentos nesse sentido e arrazoou que gostaria de propor outros no sentido de definir os próximos passos. A Sra. Maira de Souza Moreira salientou que essa última manifestação expressaria que a coordenação-geral está declinando do seu papel de informar melhor para que possam avançar em um nível mais global da efetivação do Plano. Indagou qual foi a providência do ente que realiza a coordenação-geral diante da resposta apenas de três estados referente à solicitação de informações complementares sobre os dados populacionais das comunidades quilombolas. Relatou que a autodeclaração ou declaração das associações não é um único obstáculo existente para a efetivação da vacinação, elencando os demais obstáculos. Compreendeu que a transferência da responsabilidade de gestão dos serviços locais para as organizações quilombolas ou para os próprios quilombolas é complicada, destacando que estão demandando um processo de informação eficaz à coordenação-geral. Registrou que as lideranças quilombolas tiveram as falas interrompidas em dois momentos, solicitando respeito a essas falas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva desculpou-se pelas interrupções, mas salientou que elas foram no sentido de contribuir com a discussão. A Sra. Thaís Tamara Costa e Souza informou que o Ministério da Saúde solicitou ao IBGE que realizasse a estimativa exclusivamente para a campanha de vacinação contra a Covid-19, e que enviaram um ofício solicitando o levantamento do excedente populacional pactuado via Comissão Intergestores Bipartite (CIB) devido às informações de que esse número não correspondia a realidade. Afirmou que realizou reuniões com os estados e solicitou dados durante um mês e explicou que foi dado prazo até o dia 4 de maio para essa resposta. A Sra. Priscila Caldeira Alencar de Souza afirmou que o Ministério da Saúde não está se eximindo da sua responsabilidade como ente federal, elucidando que trabalham de forma tripartite. Alegou que o governo federal trabalha em orientações diretas aos estados e que as dúvidas encaminhadas pelos municípios são respondidas. Observou que os municípios também têm a responsabilidade de trabalharem na governabilidade de disseminar as informações e na operacionalização da vacina. A

Sra. Maira de Souza Moreira explicou que está se referindo ao processo de monitoramento das orientações e o Sr. André Carneiro Leão salientou a dificuldade de entendimento em relação ao disposto no art. 16 da Lei nº 8.080, afirmando que é necessário que o governo apresente o mapeamento das comunidades quilombolas, as quais não receberam a vacinação. A Sra. Priscila Caldeira Alencar de Souza alegou que o Ministério da Saúde realiza esse monitoramento direto nos estados e indireto nos municípios, destacando que através do Vacinômetro SUS do Localiza SUS é possível acompanhar a vacinação das comunidades quilombolas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva complementou discorrendo que essas informações também estão no painel consolidado do Plano para monitoramento. A Sra. Carmela Morena Zigoni Pereira solicitou que fosse realizada uma explanação sobre o orçamento, informando que existem R$ 418,5 milhões no MMFDH, sendo que R$ 159,6 milhões são reserva de contingência e apenas R$ 120 mil foram alocados para as comunidades quilombolas. Questionou se existe algum planejamento em relação à realização de planos orçamentários às comunidades quilombolas, uma vez que a Ação 21AR possui R$ 151 milhões. Observou que o MMFDH não alocou nenhum recurso para publicidade de interesse público, porém, existem restos a pagar no valor de R$ 4,5 milhões. Ressaltou que o Ministério da Cidadania conseguiu mais de R$ 20 milhões de recurso para as cestas básicas para as comunidades tradicionais, visto que já foram empenhados R$ 3,7 bilhões.

A Sra. Ana Borges Coelho Santos indagou se foi informada a quantidade de municípios nos quais podem ser encontradas comunidades quilombolas na ADPF e a Sra. Viviane Petinelli e Silva respondeu que não há essa informação na ADPF, mas está na base de dados do Painel, a qual pode ser enviada a todos. Diante essa resposta, a Sra. Ana Borges Coelho Santos sugeriu que essa consolidação dos municípios fosse repassada para os membros do GT, principalmente, para a sociedade civil, a fim de verificar a existência de municípios não incluídos. Sugeriu que a Coordenação do GT realize um comunicado oficial do teor da decisão do STF com questionamento sobre a situação da vacinação desse grupo. Acatada a proposta, a Sra. Viviane Petinelli e Silva relatou que a planilha com a consolidação dos dados será encaminhada aos membros do GT, inclusive, com a minuta de comunicado. A Sra. Priscila Caldeira Alencar de Souza apresentou a possibilidade do Ministério da Saúde realizar reuniões com a direção de cada quilombo para sanar dúvidas e a Sra. Givânia Maria da Silva compreendeu que essa questão poderia ser uma possibilidade desde que os problemas elencados pela CONAQ e os seus parceiros sejam tratados. O Sr. Darci Frigo entendeu que essa reunião deve contemplar no mínimo as lideranças dos estados. A

Sra. Maira de Souza Moreira registrou a necessidade de visualizar de forma efetiva os pontos apresentados pela Sra. Vercilene Francisco Dias nos encaminhamentos, destacando a apresentação de documentos comprobatórios das orientações constantes no Quadro nº 12, páginas 75 e 76 do Plano de Enfrentamento. A Sra. Viviane Petinelli e Silva observou que ainda não conseguiram esgotar a questão da política de saúde e solicitou que fosse apresentada a versão final do painel, para que fossem indicadas as informações faltantes. O Sr. Rodrigo José Henriques Faria realizou a apresentação do Painel de Monitoramento do Plano de Enfrentamento à Covid-19 – População Quilombola – ADPF 742, destacando as informações sobre: Ações de Enfretamento à Covid-19; Cestas de Alimentos para Quilombolas (Ano Base 2021); Escolas Quilombolas (Ano Base 2021); Pagamento Acumulado de Auxílio Emergencial para Quilombolas (Ano Base 2020); Plano Nacional de Imunização – Público Prioritário: Quilombola; Comunidades Quilombolas Certificadas. A Sra. Viviane Petinelli e Silva informou que tentarão colocá-lo na página inicial do MMFDH para facilitar a visualização imediata. Com relação ao orçamento, explicou que cada ministério está assumindo uma pauta específica, sendo que o Ministério da Cidadania será responsável pela segurança alimentar, o MMFDH pela higiene, limpeza e apoio à regularização fundiária e o Ministério da Saúde pelo fortalecimento da rede do SUS. Explanou que as ações não estão claras em nível de orçamento por existir algumas negociações que podem alterá-lo. Sugeriu que fosse realizada uma reunião na próxima quarta-feira, dia 19 de maio, para dar continuidade às discussões.

Aprovada a realização da reunião no dia 19 de maio, às 14h00, a Sra. Viviane Petinelli e Silva manifestou que seria interessante que os membros trouxessem algumas contribuições sobre o painel nessa próxima reunião. Explicou que avançarão nos demais questionamentos enviados pelo STF que coincidem com as demais manifestações dos membros. O Sr. Érico Melo Goulart sugeriu que as considerações fossem encaminhadas pelo menos até um dia antes da reunião aos órgãos, tendo em vista que a apresentação será encaminhada.

Finalizadas todas as manifestações, foram definidos os seguintes encaminhamentos: 1. Envio, por *e-mail*, da apresentação e da ata da 4ª Reunião do GT para apreciação (SE/MMFDH); 2. Envio de documentos comprobatórios sobre orientações (Quadro 12) (p.75-76); 3. Contribuições ao longo da reunião e providências a serem tomadas: a) Denúncias enviadas também por *e-mail* para pni.covid@saude.gov.br; b) Fortalecimento da coordenação e aprimoramento do monitoramento e da comunicação com os gestores dos municípios, estados e DF e com a população quilombola sobre

a vacinação (campanha); c) Envio da relação de municípios alcançados pelas ações do Plano (SNPIR/MMFDH) e comunicado oficial do GT com solicitação de informações sobre a vacinação das comunidades quilombolas; c) Envio de listagem de comunidades quilombolas reconhecidas para os municípios; d) Possibilidade de reuniões bilaterais (comunidades/municípios com resistência e problemas com o Ministério da Saúde) para escuta e providências; 4. Convocação da 5ª Reunião do GT para discussão das demais pautas "prejudicadas" pelas discussões sobre o PNI para o dia 19 de maio, às 14h, com pauta detalhada: Plano de Enfrentamento e Monitoramento: comparativo sobre as medidas adotadas antes e depois da decisão do STF, com as respectivas dotações orçamentárias; Detalhamento das ações de controle de acesso aos territórios; Segurança Alimentar (aporte específico do PNAE às comunidades quilombolas: detalhamento da forma de distribuição da merenda escolar – abrangência de todos os estados; cronograma e mapeamento de execução); Defasagem das bases cadastradas para o acesso ao programa de renda mínima; Indicadores para monitorar o cumprimento das ações; Avaliação do BI Execução do Plano. **Encerramento:** Não havendo tempo hábil para mais discussões, a Sra. Viviane Petinelli e Silva deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO ÂMBITO DA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADPF Nº 742.

No dia dezenove de maio de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 5ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Interdisciplinar no Âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 742. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Adriana Margutti, Representante da Equipe de Conservação da Amazônia - ECAM; Ana Borges Coelho Santos, Coordenadora substituta da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais); André Carneiro Leão, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais da Defensoria Pública da União – DPU; Biko Rodrigues, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Darci Frigo, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; Edi Freitas, Coordenadora da Fundação Cultural Palmares; Érico Melo Goulart, Coordenador-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, da Diretoria de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Esequiel Roque do Espírito Santos, Secretário-Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SNPPIR/MMFDH; Fernando Prioste, Representante do Instituto Socioambiental - ISA; Givânia Maria da Silva, Coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Hilton P. Silva, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; João Juliano Francisco, Assessor; João Vitor Rodrigues Loureiro, Assistente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; José Roberto Alvarenga Frutuoso, Coordenador-Geral de Apoio à Integração de Ações do Departamento do Cadastro Único da Secretaria Nacional do Cadastro Único/Ministério da Cidadania; Lucelia Luiz Pereira, Coordenadora-Geral de Política Éticos-Raciais/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Luciana Valéria Pinheiro Gonçalves, Coordenadora-Geral de Políticas Étnico-Raciais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Luiza Viana Araújo, Representante da Equipe de Conservação da Amazônia – ECAM; Luz Marilda de Morais Maciel, Coordenadora-Geral de Interlocução Social da Secretaria

de Governo da Presidência da República; Maira de Souza Moreira, Representante da Terra de Direitos; Marcus Vinícius Barbosa Peixinho, Coordenador de Garantia e Equipe – COGE/Ministério da Saúde; Mariangêla Davis, Coordenadora-Geral do Ministério da Cidadania; Murilo Botelho Ferreira, Coordenador da Fundação Cultural Palmares; Omar Inês Sobrinho, Diretor do Departamento de Políticas Étnico-Raciais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Patrícia Santos Marcal, Coordenadora do Núcleo Jurídico da SAPS do Ministério da Saúde; Priscila Caldeira Alencar de Souza, Assessora do Ministério da Saúde; Raimundo Magno Cardoso Nascimento, Malungu/Pará e Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Roberta Amanajas, Assessora Jurídica do Ministério Público Federal; Rodrigo José Henriques Faria, Diretor do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Racial – DIMOPE/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Sandra Andrade, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Tenente Coronel Claudio Paradelo Peixoto, Assessor Militar do Gabinete de Segurança Institucional; Thaís Sampaio da Silva, Juíza Instrutora do Gabinete do Ministro Edson Fachin; Tiago Cantalice, Representante da DPU; Vercilene Francisco Dias, Advogada da CONAQ na ADPF 742; Viviane Petinelli e Silva, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Abertura da Reunião. A Sra. Viviane Petinelli e Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos e apresentou a seguinte pauta: 1. Encaminhamentos da 4ª Reunião; 2. Esclarecimentos solicitados pelo Ministro Relator ao GT; 3. Apresentação da Governança do Plano (Retorno da CONAQ quanto à proposta sugerida); 4. Encaminhamentos. **Encaminhamentos da 4ª Reunião:** Realizou um breve resgate dos encaminhamentos consensuados na 4ª Reunião Ordinária do GT, indicando os itens concluídos: envio, por *e-mail*, da apresentação da 4ª reunião; envio de documentos comprobatórios sobre orientações (quadro 12) (p.75-76); contribuições ao longo da reunião e providências a serem tomadas: envio da relação de municípios alcançados pelas ações do Plano (SNPIR/MMFDH) mais comunicado oficial do GT com solicitação de informação sobre vacinação das comunidades quilombolas; convocação da 5ª Reunião do GT para discussão das demais pautas "prejudicadas" pelas discussões sobre o PNI para o dia 19 de maio, às 14h, com pauta detalhada.

Pendentes: envio, por *e-mail*, da ata da 4ª Reunião do GT para apreciação; contribuições ao longo da reunião e providências a serem tomadas: denúncias enviadas também por *e-mail* para pni.covid@saude.gov.br; fortalecimento da coordenação e aprimoramento do monitoramento e da comunicação com gestores dos municípios, estados e DF e com população quilombola sobre a vacinação (campanha); envio de listagem de comunidades quilombolas reconhecidas para municípios; possibilidade de reuniões bilaterais (comunidades/municípios com resistência e problemas com MS) para escuta e providências. Compartilhou a planilha de municípios alcançados por ações do Plano, explicando que acrescentaram a informação relativa à ação específica que alcançou as comunidades, além das informações dos 1.713 municípios. Havendo dificuldade de acesso aos documentos encaminhados, a Sra. Ana Borges Coelho Santos relatou que será necessário analisar os documentos enviados e explanou que a ideia é utilizar os dados da planilha para que o GT comunique-se com o gestor de cada município e, posteriormente, realizar uma articulação com o Ministério Público dos Estados para identificar eventuais falhas na identificação. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explicou sobre o processo de filtragem das informações da planilha e garantiu que os documentos serão enviados. Diante várias manifestações sobre os problemas relacionados ao não recebimento de documentações pelos membros do GT, afirmou que esse problema será resolvido, solicitando a disponibilização de número de celular para contanto a fim de minimizar esse tipo de problema técnico. A Sra. Vercilene Francisco Dias alegou que não conseguem avaliar a planilha nesse momento, sugerindo que os apontamentos sejam realizados na próxima reunião. A Sra. Thaís Sampaio da Silva propôs que a planilha fosse incluídas nos autos do processo e informou que o Ministro Edson Fachin sugeriu incidir as ações nos autos da ADPF nº 742 para que possam filtrar as eventuais informações de descumprimento e de pedidos de cooperação. A Sra. Ana Borges Coelho Santos entendeu que o GT pode trabalhar essa sugestão apresentada e salientou que vários municípios nos quais foram detectada a presença de quilombolas não estão no planejamento da vacinação da planilha. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explanou que o objetivo é realizar reuniões que tratem de pontos específicos e a Sra. Priscila Caldeira Alencar de Souza registrou o não recebimento da planilha, ponderando que não podem avaliar esses dados nesse momento. Relatou que o Ministério da Saúde trabalha nas informações das comunidades quilombolas dos estados, destacando a importância dos dados por municípios para que sejam trabalhados da melhor forma possível. A Sra. Givânia Maria da Silva elencou que maior dificuldade de um plano generalista é a sua efetivação e entendeu que é necessário construir uma dinâmica capaz de encontrar uma

alternativa eficaz para captar os dados reais da ponta com um formato mais simples. O Sr. André Carneiro Leão notificou que não recebeu o *e-mail* com a convocação da reunião e nem o *e-mail* com a planilha, salientando que essa questão inviabiliza a participação da DPU nessa reunião. Assinalou que concorda com a sugestão apresentada de divisão das ações, porém, afirmou que é necessário ouvir a opinião da CONAQ primeiramente. Propôs que em cada reunião fossem agendadas as próximas reuniões e solicitou o contato da Secretária-Executiva Adjunta do MMFDH para comunicação direta. A Sra. Viviane Petinelli e Silva esclareceu que essa reunião foi definida na reunião anterior, desculpando-se pelas falhas de comunicação. O Sr. Hilton P. Silva sugeriu que o Ministério da Saúde utilize as informações disponibilizadas pela CONAQ e pelas associações locais com relação à população quilombola para a vacinação. A Sra. Viviane Petinelli e Silva compreendeu que seria interessante que essas informações da CONAQ e das associações fossem disponibilizadas a fim de que o Ministério da Saúde providencie a comunicação aos estados e municípios. A Sra. Maira de Souza Moreira registrou que alguns membros do GT não puderam organizar a sua agenda para participar dessa reunião pela falta do recebimento de *e-mail* de convocação e discorreu que, em breve análise da documentação enviada em relação à orientação da Fundação Cultural Palmares, não houve a comprovação das medidas de proteção territorial. Com relação à vacinação, reforçou a sugestão de ouvir as comunidades quilombolas referente ao quantitativo populacional, salientando que o MMFDH não se manifestou em nenhum momento sobre a possibilidade de convocar o IBGE para fazer uma revisão dos quantitativos. Concordou com a proposta do Ministro Relator de incidir as ações nos autos. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explicou que até o momento não foi fechado nada específico por estarem ainda no processo de consolidação de dados e a Sra. Givânia Maria da Silva solicitou questão de ordem, questionando se ainda seria válido finalizar essa reunião no horário previsto, uma vez que vários membros alegaram não ter recebido a planilha e estão fazendo a análise nesse momento. A Sra. Viviane Petinelli e Silva observou que estão com dificuldades apenas relação ao primeiro item de pauta, visto que o objetivo dessa reunião não seria a discussão da planilha. Discorreu que, enquanto governo federal, não existe óbice de inserir novamente o encaminhamento de envio da planilha para a próxima reunião, propondo que a discussão avançasse. O Sr. Fernando Prioste somou-se a observação realizada pela Sra. Givânia Maria da Silva, afirmando que é de suma importância que tenham acesso a documentação para manifestação. Arrazoou que as medidas do Plano devem ser adotadas desde já independentemente do diálogo, destacando que as sugestões de aprimoramento já foram

realizadas ao STF e a esse GT por escrito. Registrou novamente que não pode ficar até o término da reunião anterior e apenas recebeu o *e-mail* sobre a confirmação da data e horário da reunião hoje, o que limita a participação. Compreendeu que seria mais produtivo a suspensão dos trabalhos a fim de que possam receber a documentação e analisá-la e intuiu que seria mais frutífero se a agenda da reunião e pauta fosse pactuada mutuamente, com uma representação da CONAQ e uma do estado. A Sra. Sandra Andrade concordou com as manifestações anteriores, destacando que até o momento não recebeu nenhum *e-mail* mesmo sendo reenviado. A Sra. Viviane Petinelli e Silva solicitou que a Sra. Sandra Andrade disponibilizasse o seu *e-mail* através do *chat* para confirmação e o Sr. Raimundo Magno Cardoso Nascimento informou que acabou de receber o *e-mail* com a planilha, todavia, corrobora com todas as opiniões anteriores de suspensão da reunião. Com relação à vacina, informou que a Malungu/Pará realizou o levantamento para dá subsídio ao Estado Brasileiro na apresentação de dados fidedignos, ponderando que acabaram de receber informações das comunidades quilombolas do município de Barcarena/PA que possuem cerca de 2.000 quilombolas maiores de 18 anos, todavia, receberam apenas 287 doses da vacina. Com relação ao município de Prainha/PA, discorreu que os documentos do Ministério da Saúde apontam a disponibilização de 24 doses de vacinas, mas o município possui cerca de 200 quilombolas. A Sra. Patrícia Santos Marcal relatou que atua diretamente no processo de distribuição das vacinas e esclareceu que as estimativas basearam-se no censo do IBGE de 2010 com áreas mapeadas em 2020. Informou que foi aberta aos estados a oportunidade de realizar um levantamento mais preciso com pactuação na CIB relacionado aos quilombolas que ainda não estariam sendo vistos no mapa, destacando que essa solicitação continua aberta até o dia 28 de maio. A Sra. Ana Borges Coelho Santos sugeriu que fosse solicitadas as informações aos munícipios sobre as lacunas existentes na planilha em que mostra a existência de quilombolas com ausência de metas. Corroborou com a proposta de não avançar a reunião e sugeriu também que avançassem em cada ação do Plano no GT caso não seja possível a cisão no âmbito da ADPF nº 742, recomendando fracionar o comparativo das sugestões da CONAQ e MPF por temática para melhor análise. O Sr. Marcus Vinícius Barbosa Peixinho complementou sugerindo analisar quais seriam as informações interessantes que devem constar no Vacinômetro para dá publicidade nas ações da vacinação. A Sra. Ana Borges Coelho Santos agradeceu pela informação e observou que a coordenação do GT terá o trabalho facilitado no confronto dos dados. Registrou que não pode substituir o Poder Executivo no seu trabalho. O Sr. Marcus Vinícius Barbosa Peixinho esclareceu a sua proposta, discorrendo que o Ministério da

Saúde aceitará a sugestão de novas informações no LocalizaSUS, para melhorar o instrumento. A Sra. Sra. Viviane Petinelli e Silva discorreu que o Sr. Fernando Prioste e Sr. Marcus Vinícius Barbosa Peixinho colocaram sugestões relacionadas ao que se tem trabalho em relação ao Painel BI com o objetivo de deixar a informação acessível da forma mais simples possível, inclusive, tentando atender o novo desafio colocado de identificar a população quilombola mais vulnerável. O Sr. Darci Frigo informou que recebeu o *e-mail* de convocação para a reunião, porém, não recebeu a documentação, entendendo que a reunião está prejudicada. Observou que é necessário consensuar a metodologia das reuniões, visto que estão fazendo um longo debate sobre a forma de encaminhamento dos pontos e não há tempo hábil para as decisões. O Sr. André Carneiro Leão postulou que já foi contemplado nas explanações anteriores, concordando que a reunião está prejudicada. Destacou a necessidade de pensar em formas de evitar as falhas de comunicação e relatou que acessou o Vacinômetro e teve algumas dificuldades de filtrar as informações. Sugeriu criar um Vacinômetro específico para as comunidades quilombolas igual o existente para as comunidades indígenas. O Sr. Hilton P. Silva retomou que os dados utilizados pelo Ministério da Saúde são do IBGE, entretanto, causa estranhamento esse ministério não ter procurado outras fontes, uma vez que já foi indicado que esses dados não são satisfatórios e estão incorretos. Reiterou que já foi sugerido, desde a primeira reunião desse GT, que o Ministério da Saúde fizesse uma ponte com as associações e organizações quilombolas para que esse número fosse atualizado. Compreendeu que nesse momento ficou claro que a Fundação Cultural Palmares não é o melhor interlocutor entre o governo e a sociedade e solicitou ao Ministério da Saúde o envio da nota que solicitou novamente o encaminhamento das informações por parte dos estados para mobilização. Com relação ao Vacinômetro, compreendeu que um tutorial seria o primeiro item a ser considerado. Destacou que é necessário considerar que foi mencionado que 100% da população quilombola já estaria vacinada na última reunião, o que não é verdade. A Sra. Viviane Petinelli e Silva ponderou que essa questão da vacinação de 100% da população quilombola já foi esclarecida, entendendo que não há a necessidade de ter esse tipo de explanação. A Sra. Lucelia Luiz Pereira reforçou as considerações apresentadas relacionada à insuficiência do Plano e compreendeu que o Painel BI ainda precisa sofrer várias alterações, salientando que não há a possibilidade de avaliar os demais documentos por ter recebido apenas durante a reunião. Relatou que possui algumas dúvidas e gostaria de apresentar sugestões em relação ao painel de monitoramento do Plano, apontando a ausência de indicadores para acompanhamento da execução das ações. Com relação o eixo de

promoção da vida e saúde, registrou que grande parte das ações está relacionada à produção de vídeos e de campanhas, porém, ponderou que não há um indicador que viabilize o monitoramento da ação de indução para produção de dados estratificados e de garantia de testagem e disponibilização do EPI. Relatou que o painel mostra que a ação de enxoval de comunicação para a população quilombola foi realizada em abril, questionando se realmente foi realizada. Discorreu que estão indicados oito estados para o recebimento da ação de cisternas com relação à ação de abastecimento de água, todavia, há um comentário específico indicando que está em análise devido à pandemia, indagando o que significaria esse comentário e quando será iniciada a ação de cisternas. Explanou que possui outras questões específicas sobre o painel que serão enviadas por *e-mail* para contribuição e, em seguida, realizou alguns comentários sobre o *layout* do painel. O Sr. Rodrigo José Henriques Faria informou que o Ministério da Cidadania está fazendo o pagamento da segunda parcela do Auxílio Emergencial neste mês, cumprindo 50% do que estava previsto inicialmente e que a distribuição das cestas básicas está com 18% de execução, salientando a importância da Fundação Cultural Palmares nessa distribuição. Arrazoou que procuraram trazer as informações em um formato mais simples para a consulta sobre a vacinação no Painel BI e afirmou que podem fazer os aperfeiçoamentos propostos, solicitando a indicação das informações principais que poderiam ser consolidadas por estado. O Sr. Érico Melo Goulart questionou se todos os participantes já receberam os materiais encaminhados por *e-mail* e sendo esclarecido que não, sugeriu que fosse indicado o recebimento ou não até a próxima sexta-feira para que todos tenham condições de manifestar até a próxima reunião. A Sra. Viviane Petinelli e Silva afirmou que encaminhará todos os documentos hoje e solicitou que os membros informem caso haja o não recebimento do material até o próximo dia através do seu *e-mail* pessoal. Passando à definição da próxima reunião, sugeriu que fosse realizada no dia 26 de maio, às 14h, o que foi aprovado. Com relação à pauta, informou que a proposta seria dá continuidade aos pontos em ordem das manifestações, tratando de todas as questões relacionadas à política de saúde. A Sra. Vercilene Francisco Dias entendeu que é necessário discutir sobre a proposta de pauta, uma vez que há muitos problemas com relação à operacionalização da vacinação nos municípios. A Sra. Viviane Petinelli e Silva discorreu que aguardará o envio de proposta de pauta pela CONAQ, recomendando realizar a discussão paralela do ponto de pauta específico e do Painel BI para coleta de sugestões. Solicitou que os participantes contribuíssem na minuta de ofício aos municípios. **Encaminhamentos:** a) Envio, por *e-mail*, da apresentação e da Ata da 4ª e 5ª Reunião do GT para apreciação

(SE/MMFDH); b) Convocação da 6ª Reunião do GT para 26/05, às 14h (Pauta a ser encaminhada pela CONAQ); c) Cisão das ações do Plano no âmbito dos autos da Ação e nas discussões do GT; d) Avaliação da planilha de municípios alcançados pelas ações do Plano pelo GT; e) Disponibilização de ferramenta de consulta mais acessível e simplificada; d) Envio de informações sobre comunidades quilombolas pelo CONAQ; e) Confronto de metas iniciais de vacinação com vacinação feita e/ou identificação de comunidades quilombolas na localidade (prazo para resposta dos estados e DF até 28/05); f) Discussão sobre a metodologia das reuniões (CONAQ e demais convidados); e) Envio de ofício para os municípios alcançados pelas ações do Plano para conhecimento e providências. **Encerramento:** Finalizadas as discussões, a Sra. Viviane Petinelli e Silva deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO ÂMBITO DA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADPF Nº 742.

No dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 6ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Interdisciplinar no Âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 742. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Adriana Margutti, Representante da Equipe de Conservação da Amazônia - ECAM; Ana Borges Coelho Santos, Coordenadora substituta da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais); André Carneiro Leão, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais da Defensoria Pública da União – DPU; Carmela Morena Zigoni Pereira, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC; Caroline Gava Alves, Representante do Ministério da Saúde; Darci Frigo, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; Edi Freitas, Coordenadora da Fundação Cultural Palmares; Érico Melo Goulart, Coordenador-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, da Diretoria de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Fernando Prioste, Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Givânia Maria da Silva, Coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Hilton P. Silva, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; Jeniffer Dantas Ferreira, Assessora do Ministério da Saúde; João Juliano Francisco, Assessor; José Roberto Alvarenga Frutuoso, Coordenador-Geral de Apoio à Integração de Ações do Departamento do Cadastro Único da Secretaria Nacional do Cadastro Único/Ministério da Cidadania; Juliana de Paula Batista, Assessora do Instituto Socioambiental – ISA; Karine Silva dos Santos, Coordenadora-Geral do PNAE/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Lucelia Luiz Pereira, Coordenadora-Geral de Política Éticos-Raciais/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Luiza Viana Araújo, Representante da Equipe de Conservação da Amazônia – ECAM; Maira de Souza Moreira, Representante da Terra de Direitos; Marcus Vinícius Barbosa Peixinho, Coordenador de Garantia e

Equipe – COGE/Ministério da Saúde; Maria Sineide Neres dos Santos, Coordenadora do PNAE/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Mariangêla Davis, Coordenadora-Geral do Ministério da Cidadania; Murilo Botelho Ferreira, Coordenador da Fundação Cultural Palmares; Raphaella Bandeira, Assessora do Ministério da Cidadania; Roberta Amanajas, Assessora Jurídica do Ministério Público Federal; Rodrigo José Henriques Faria, Diretor do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Racial – DIMOPE/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Sandra Andrade, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Sidney Cardoso Vanderlei, Coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Justiça e Segurança Pública e Direitos/Controladoria Geral da União; Tenente Coronel Claudio Paradelo Peixoto, Assessor Militar do Gabinete de Segurança Institucional; Tércio Tokano, Advogado Geral Adjunto da Advocacia-Geral da União; Thaís Sampaio da Silva, Juíza Instrutora do Gabinete do Ministro Edson Fachin; Vercilene Francisco Dias, Advogada da CONAQ na ADPF 742; Viviane Petinelli e Silva, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Abertura da Reunião. A Sra. Viviane Petinelli e Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos e realizou um breve resgate dos encaminhamentos definidos na 5ª Reunião do GT, apresentando a seguinte pauta: 1. Encaminhamentos da 5ª Reunião: Minuta de Ofício; Planilha com municípios contemplados por ações do Plano; Aprimoramentos no BI; 2. Esclarecimentos quanto ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação para População Quilombola: Subdimencionamento da População Quilombola e Insuficiência das Doses Disponibilizadas; Correção do critério definido no Plano; Deficiências no Plano de Comunicação da Campanha de Vacinação; Vacinação Quilombola nos Estados e Municípios; Vacinação de Comunidades Certificadas, em processo de certificação; Monitoramento (BI e App) – Falta de indicadores objetivos que permitam simplificar o monitoramento na plataforma de monitoramento; Denúncias; 3. Esclarecimentos quanto à proteção territorial e orçamento. **Encaminhamentos da 5ª Reunião:** Iniciando pela minuta de ofício aos municípios com orientações do GT, a Sra. Ana Borges Coelho Santos sugeriu que esse ofício fosse centrado nas indagações relacionadas à vacinação, objetivando as informações aos gestores. A Sra. Vercilene Francisco Dias concordou com a sugestão, explanando que a CONAQ deliberou pela discussão do Plano Nacional de Vacinação (PNI) de forma enxuta com relação a todas as questões.

A Sra. Viviane Petinelli e Silva entendeu que a sugestão é excelente e que os demais órgãos do governo federal estão de acordo, sendo que é necessário apenas trabalhar na redação. Antes de iniciar os trabalhos do ofício, a Sra. Ana Borges Coelho Santos antecipou que a inclusão na planilha de alguns dados já apresentados atenderá várias das demandas colocadas em discussão, ponderando que é necessário acrescentar os dados das comunidades quilombolas certificadas e em processo de certificação nos municípios de acordo com a Fundação Cultural Palmares. Complementou relatando que também é necessário indicar numericamente a meta de vacinação do município e, se possível, da comunidade quilombola. Sugeriu que fosse criada uma tabela em PDF por estado. A Sra. Thaís Sampaio da Silva informou que não conseguiram finalizar a decisão judicial no âmbito da ADPF nº 742 por questões de confirmações procedimentais no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando que os eventuais documentos aguardem a efetivação da decisão. O Sr. Rodrigo José Henriques Faria agradeceu pelas contribuições e explicou que a tabela tem o propósito de indicar as ações da ADPF nº 742 que são aplicadas nos municípios, visto que já existe o quantitativo previsto nos municípios que fazem parte da listagem de recebimento das duas doses da vacina do Ministério da Saúde na meta de vacinação. Explicou que a informação sobre as comunidades quilombolas certificadas e em processo de certificação está disposta no Painel de BI, mas afirmou que é possível incluir essa informação. A Sra. Vercilene Francisco Dias concordou as sugestões apresentadas em relação à planilha, porém, propôs seguir os itens de pauta para a elaboração dos encaminhamentos. A Sra. Viviane Petinelli e Silva discorreu que já registrou as contribuições apresentas no item específico e, em seguida, apresentou a minuta de ofício, realizando a sua leitura. Arrazoou que incluiu a sugestão de acesso ao Painel de BI, especialmente referente à pagina de monitoramento da vacinação. A Sra. Ana Borges Coelho Santos lembrou que é necessário aguardar a decisão antes de aprovar qualquer documento e propôs mencionar que as informações estão disponíveis no GT, para que o gestor não vá diretamente ao BI. O Sr. Rodrigo José Henriques Faria compreendeu que podem qualificar melhor a abordagem, indicando o número de vacinados e estabelecendo os critérios utilizados nos questionamentos. A Sra. Viviane Petinelli e Silva observou que, talvez, poderiam encaminhar a planilha com apenas pontos específicos dos questionamentos abertos para preenchimento do próprio município juntamente com o ofício. A Sra. Patrícia solicitou esclarecimentos sobre a captação das informações e notificou que a segunda dose apenas deve ser iniciada na segunda quinzena de junho. A Sra. Viviane Petinelli e Silva salientou que não é possível trazer um novo fluxo para este processo além daquele já praticado pelos

municípios, ponderando que deverão trabalhar o fluxo de envio a partir da decisão, para que possam reforçar o que já tem sido solicitado. O Sr. Sidney Cardoso Vanderlei sugeriu estabelecer um prazo para encaminhamento das respostas, o que foi acatado. O Sr. Hilton P. Silva questionou se consta no ofício a solicitação de informação sobre a vacina que está sendo aplicada na população quilombola, uma vez que a Associação Brasileira de Saúde Coletiva tem recebido várias dúvidas de populações que têm recebido a vacina da Coronavac mesmo havendo a recomendação de que seja aplicada a vacina da AstraZeneca, ou até mesmo a aplicação de vacinas diferentes em uma mesma pessoa. A Sra. Viviane Petinelli e Silva informou que inclui a indicação da vacina aplicada no ofício e o Sr. André Carneiro Leão afirmou que concorda com o teor do ofício e compartilhou a preocupação com relação à consolidação das informações, entendendo que essa questão poderia ser resolvida através da disponibilização de formulário ou aplicativo pelo Ministério. Compreendeu que é necessário incluir alguns questionamentos da minuta de ofício anterior, como: Foi realizada a campanha de conscientização sobre a Covid-19 na comunidade? Quais foram as medidas adotadas para garantir a vacinação e quantas pessoas rejeitaram a vacina? Quais outras medidas foram adotadas em termos de prevenção da Covid-19? A Sra. Thaís Sampaio da Silva observou que a informação do público alvo da vacinação no Painel BI está defasada e o Sr. Rodrigo José Henriques Faria informou que houve um acréscimo de 11 mil quilombolas vacinados na última revisão do PNI, todavia, salientou que essa atualização pode ser incluída manualmente por estado, mas não será possível realizar a meta de comparação por município. A Sra. Vercilene Francisco Dias concordou com as considerações anteriores e sugeriu que fosse incluída a informação de quais comunidades quilombolas certificadas, em processo de certificação ou autodeclaradas ainda não foram vacinadas. A Sra. Caroline Gava Alves ponderou que há dificuldade no recebimento da informação dos municípios que estão com dificuldade de registro das doses e compreendeu que o primeiro e o segundo questionamentos podem ser colocados em um único contexto. Destacou que seria importante saber qual seria a população alvo do município, quantas doses de vacinas foram recebidas e quantas foram aplicadas. Relatou que o governo federal tem ratificado que a execução das ações e das estratégias operacionais são desenvolvidas em nível local, sendo que tem sido recomendada a articulação com as representatividades locais, sugerindo incluir essa questão no ofício. Relatou que o Ministério da Saúde tem distribuído as vacinas no sentido de garantir que a população seja vacinada com o mesmo tipo de vacina, entretanto, não consegue garantir que essa metodologia seja utilizada na distribuição dos estados para os municípios. O Sr. Hilton P. Silva

ressaltou que algumas pessoas da mesma comunidade têm recebido doses da AstraZeneca ou da Coronavac e outra pessoas têm recebido um dose de cada tipo de vacina. Externou que a sua preocupação está relacionada ao recebimento da informação correta, para que possam tomar as providências necessárias. A Sra. Caroline Gava Alves explanou que não há nenhuma sinalização de que existe a concentração de ocorrências de intercambialidade das vacinas e que a rede de imunização já conta com a expertise da transposição dos dados corretamente. A Sra. Viviane Petinelli e Silva solicitou que as informações de intercambialidade sejam encaminhadas e a Sra. Ana Borges Coelho Santos observou que ainda não foi incluído o questionamento sobre a separação das doses, visto que a apresentação de cronograma não significa que essa reserva já foi feita ou se não houve o recebimento. A Sra. Patrícia arrazoou que não é esperado que nesse momento tenha um retorno sobre a segunda dose aplicada, entendendo que seria importante pesquisar se essa reserva foi realizada para garantir a complementação do esquema de vacinação. A Sra. Ana Borges Coelho Santos registrou a sua dúvida em relação à aplicação da segunda dose em algumas comunidades quilombolas e a Sra. Patrícia explicou que, apesar da orientação de aplicação da vacina da AstraZeneca, pode ter sido disponibilizada eventualmente a vacina da Coronavac. Com relação à intercambialidade, complementou relatando que tem sido feito um trabalho intenso de treinamento da rede. A Sra. Vercilene Francisco Dias sugeriu que o ofício fosse finalizado e encaminhado por *e-mail* para aprovação e inferiu que seria necessário reforçar a necessidade de cuidado para não ocorrência da intercambialidade. A Sra. Viviane Petinelli e Silva propôs incluir essa orientação no ofício, o que foi aprovado. Realizadas todas as contribuições, foram definidos os seguintes encaminhamentos: a) Foram realizadas alterações na própria minuta (meta de vacinação, articulação com lideranças, prazo de resposta de 15 dias, tipo de vacina, indicação dos dados do GT para comparação, campanha de vacinação e outras medidas de prevenção adotadas); b) O ofício será assinado pela Coordenação do GT (MMFDH). Observação: o envio do ofício aguardará decisão judicial no âmbito da ADPF nº 742. **Esclarecimentos quanto ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação para População Quilombola:** Com relação ao subdimensionamento da População Quilombola e Insuficiência das Doses Disponibilizadas, a Sra. Viviane Petinelli e Silva observou que essa questão foi trabalhada nas reuniões anteriores, solicitando que fossem realizados os apontamentos para orientação. A Sra. Vercilene Francisco Dias informou que há uma falha muito grande de diálogo e de fluxo entre Secretariais Municipais e as comunidades quilombolas em alguns municípios, entendendo que é necessário melhorar a

comunicação sobre a vacinação. Referente à correção do critério definido no Plano, registrou que os problemas com relação a não vacinação de algumas populações quilombolas continuam, como: a recusa de vacinação dessa população que estão nos municípios e a dificuldade com o termo "habitar" no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19 (PNO). A Sra. Ana Borges Coelho Santos salientou a necessidade de definir um instrumento para identificar os quilombolas que estão fora da sua comunidade. A Sra. Edi Freitas registrou que a Fundação Cultural Palmares tem se preocupado com o reconhecimento dos quilombolas nos municípios, informando que estão trabalhando com o instrumento chamado Declaração de Pertencimento, o qual tem permitido o alcance da população quilombola. Externou a sua preocupação com relação à destinação específica de doses para esses quilombolas, visto que não há dados do número de pessoas que residem fora das suas comunidades. A Sra. Vercilene Francisco Dias salientou que existem casos em que os quilombolas não conseguiram se imunizar mesmo tendo a Declaração de Pertencimento e entendeu que a apresentação de lista feita pelas associações de quilombolas também poderia ser uma alternativa. A Sra. Patrícia informou que há um grupo tratando das questões colocadas, afirmando que seria viável a discussão. A Sra. Caroline Gava Alves esclareceu sobre a definição inicial adotada para operacionalização da vacinação e afirmou que a vacina não é garantia de não infecção e de não transmissão do vírus, destacando que o objetivo do PNI é reduzir os quadros graves de hospitalização e os óbitos. Informou que obtiveram retorno oficial sobre a necessidade de complementação das doses de vacinas apenas de três estados e já estão articulando o envio dessas doses. Compreendeu que a Declaração de Pertencimento e da lista elaborada pelas associações quilombolas, talvez, sejam pertinentes para a questão operacional dentro dos municípios e podem ser recebidos e discutidos no âmbito da Câmara Técnica do PNI. A Sra. Viviane Petinelli e Silva questionou qual seria a proposta de alteração em relação ao termo "habitar" e a Sra. Vercilene Francisco Dias afirmou que as pessoas não deixam de ser quilombolas por não estarem morando em suas comunidades e alegou que o termo "habitar" tem sido utilizado como contra-argumento para a não imunização dos quilombolas que estão fora do seu território. O Sr. André Carneiro Leão relatou que há vários argumentos para fundamentar a retirada do termo "habitar", citando os critérios de autodefinição estabelecidos pela Convenção nº 169, Decreto nº 4887, Decreto nº 6040 e a Lei nº 14.121. Registrou que foi uma manifestação da Defensoria Pública da União (DPU) a retirada desse termo, garantindo a vacinação através da autodeclaração das comunidades. O Sr. Fernando Prioste lembrou que a decisão do próprio do STF determinou regime

de prioridade para vacinação de quilombolas sem a inclusão de qualquer restrição de estar ou não habitando a comunidade. A Sra. Viviane Petinelli e Silva explicou que o Plano precede a decisão do STF, mas afirmou que é fator importante. A Sra. Givânia Maria da Silva inferiu que a autodeclaração é o critério assegurado pelas normativas e a Sra. Viviane Petinelli e Silva indagou se será necessário manter a comprovação a partir das três alternativas consolidadas ou não haveria nenhum critério. A Sra. Givânia Maria da Silva afirmou que não discorda com relação à comprovação, entretanto, entendeu que não há a necessidade de buscar outras nomenclaturas e determinações. Destacou que a realização de campanha sobre as penalidades para a falsificação para os municípios seria salutar. A Sra. Caroline Gava Alves explanou que não estão tratando sobre o mérito de definição de população quilombola e citou exemplos de critérios de priorização da vacinação nesse momento para enriquecimento dos debates. Questionou qual seria o impacto na Campanha Nacional de Vacinação caso seja utilizada a autodeclaração de quilombolas e entendeu que é necessário pensar na diferenciação da vulnerabilidade socioeconômica dessa população no contexto urbanizado relacionado às demais populações que vivem em aglomerados subnormais. O Sr. Fernando Prioste discorreu que a inclusão do termo "habitar" no Plano não foi feita através de consulta às comunidades quilombolas e exemplificou as situações de não habitam nessas comunidades. Entendeu que não é possível retirar a prioridade com a justificativa de ausência da quantidade de vacinas e indagou qual foi o estudo elaborado pelo Ministério da Saúde para impor a palavra "habitando" e se existe um fundamento epidemiológico para utilizar essa palavra como maneira de restringir. A Sra. Vercilene Francisco Dias explicou que não basta apenas declarar como quilombola sem ter o reconhecimento da comunidade e a Sra. Givânia Maria da Silva observou que a tarefa de responder qual será o impacto é do Estado e destacou que há dois problemas, a falta de informações e a falta de vacinas. O Sr. Darci Frigo concordou que os coletivos compostos pelas comunidades quilombolas e suas associações devem ser o referencial da autodeclaração para o quantitativo que será vacinado. Destacou que a determinação judicial do STF deve ser implementada por esse GT e que o MMFDH não possui uma estrutura nos estados, entendendo que a coordenação do Plano deveria ser realizada pelo Ministério da Saúde. O Sr. André Carneiro Leão externou a sua preocupação com a discussão reiterada sobre quem são os quilombolas e observou que diversas vezes foi colocada que a posição do Ministério da Saúde não entende ou não admite a autodeclaração. Afirmou que a sociedade civil, o Ministério Público Federal (MPF) e a DPU entendem que as comunidades quilombolas são aquelas autodeclaradas, inclusive, aquelas não

certificadas pela Fundação Cultural Palmares e que a quantidade de 1.500.000 quilombolas é uma mera estimativa, a qual invisibiliza várias pessoas. Sugeriu que a discussão sobre a autodeclaração fosse encerrada. A Sra. Patrícia compreendeu que a análise de ser razoável diante do contexto, afirmando que estão fazendo todos os esforços possíveis. Discorreu que não há uma definição de retirada ou não do termo "habitar" nesse momento e que estão muito preocupados em ampliar o grupo, porém, ainda não conseguiram vacinar nem o número estimado. Salientou que é importante entender o impacto da autodeclaração para elaboração de estratégias. A Sra. Caroline Gava Alves ponderou que também é muito importante a identificação do motivo pelo qual essa população não alcançou o número satisfatório de vacinação, reforçando que existem apenas 465 mil doses de vacina registradas até o momento. O Sr. Rodrigo José Henriques Faria complementou relatando que não há nenhuma ação contrária do governo federal em relação à ampliação da vacinação dos quilombolas, explanando que é necessária realizar a devida provocação ao Comitê do Ministério da Saúde que analisa essas questões. Discorreu que também seria necessário definir a recomendação de procedimento operacional para que a autodeclaração do quilombola ocorra e salientou que o diagnóstico dos quilombolas contemplados que não estão sendo vacinados seria uma questão mais urgente. A Sra. Ana Borges Coelho Santos destacou que a expressão que consta no Plano causa empecilhos em relação à decisão do STF, entendendo que devem estudar como fazer a sua retirada. Indagou qual será o impacto em relação a não vacinação dos quilombolas que não estão residindo nas comunidades e compreendeu que é salutar saber como podem incluir o que não estava no Plano original e anterior a decisão do STF. A Sra. Patrícia comentou que é necessário saber qual será a estratégia adotada e as limitações existentes. A Sra. Thaís Sampaio da Silva postulou que é preciso ter a estimativa de tramitação do encaminhamento em relação ao termo "habitar", uma vez que o subdimencionamento é uma preocupação do Ministro. A Sra. Caroline Gava Alves observou que a Câmara Técnica não possui uma agenda definida, visto que o acionamento é realizado quando há a solicitação que demande uma deliberação, entendendo podem conseguir uma agenda conjunta na próxima semana. A Sra. Thaís Sampaio da Silva informou que deve ser estabelecido um prazo de cinco dias úteis na decisão, para que a deliberação seja informada nos autos. O Sr. Fernando Prioste observou que há uma solicitação de alteração do Plano referente ao termo "habitando" ao Comitê Tripartite, observando as questões decidas por esse GT e não uma solicitação de avaliação da sua alteração. A Sra. Patrícia esclareceu que o Comitê possui um protocolo interno que precisa ser cumprido, explanando que seria realizada uma discussão prévia da Câmara Técnica e

posteriormente no Comitê. A Sra. Viviane Petinelli e Silva afirmou que o governo federal assumirá o compromisso de debater e defender essa proposta do GT e o Sr. André Carneiro Leão entendeu que o prazo indicado de cinco dias úteis é para a resposta do poder público sobre a modificação ou não do Plano. A Sra. Viviane Petinelli e Silva arrazoou que possui o mesmo entendimento, todavia, não possuem governança sob a Comissão Tripartite, comprometendo que todos os esforços necessários serão realizados para que haja a posição no prazo estabelecido. Caso isso não seja possível, explicou que será apresentada a data da pactuação e a justificativa no âmbito dos autos. Dando sequência, foram aprovados os seguintes **Encaminhamentos:** 1. Envio, por *e-mail*, da apresentação, da ata da quarta reunião do GT e da minuta final de ofício do GT para os municípios (SE/MMFDH); 2. Envio de calendário de reuniões da Câmara Técnica e Comissão Tripartite (MS); 3. Pauta prejudicada pelo tempo: Deficiências no Plano de Comunicação da Campanha de Vacinação; Vacinação Quilombola nos Estados e Municípios; Vacinação de Comunidades Certificadas, em processo de certificação; Monitoramento (BI e App) – Falta de indicadores objetivos que permitam simplificar o monitoramento na plataforma de monitoramento; Denúncias; Esclarecimentos quanto à proteção territorial e orçamento. **Encerramento:** Não havendo tempo hábil para mais discussões, a Sra. Viviane Petinelli e Silva deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.